

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º I / 2018

23 de janeiro de 2018



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 23 de janeiro de 2018

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

Página

CÂMARA MUNICIPAL

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 10 de janeiro de 2018	
21.ª Alteração Orçamental de 2017 - Extraordinária, 24.ª Modificação Orçamental	7
22.ª Alteração Orçamental de 2017 - Extraordinária, 25.ª Modificação Orçamental	7
1.ª Alteração Orçamental de 2018, 1.ª Modificação Orçamental	8
Desagendamento de reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2017, marcação da primeira reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2018	8
Calendarização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Odivelas para o ano de 2018	8
Constituição dos fundos de maneo para 2018 - Município de Odivelas	9
Mapa de fluxos de caixa 2017	9
Constituição do fundo de maneo permanente do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas (FESMO), para 2018	9
Empreitada de construção do reservatório dos Pedernais - SIMAR de Loures e Odivelas	10
Empreitada de substituição de condutas em Caneças, Fase II - SIMAR de Loures e Odivelas	10
Acordo de cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Federação Portuguesa de Jiu-Jitsu Brasileiro	10
Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Direção Geral do Património Cultural	12
Reforço do subsídio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Pontinha	15
Doação à Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas, no Brasil, de excedentes das doações de livros usados feitas à Biblioteca Municipal Dom Dinis	15
Cedência de transporte municipal à Junta da União de Freguesia de Pontinha e Famões	15
Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2002, do Bairro da Mimosa, para o lote 90, na Freguesia de Odivelas	15
Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2009, do Bairro Novo de Sto. Eloy, para os lotes 16, 58 e 59, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	16
Declaração de caducidade da deliberação de licenciamento da operação de loteamento, em nome de Maria Rosa Silvério Castelo, Casal do Urmal, União das Freguesias de Ramada e Caneças	16
Alteração à licença de loteamento, titulada pelo alvará de loteamento n.º 132/75, Lotes 64 e 64A da Zona B, inseridos na Urbanização do Codivel, Freguesia de Odivelas	17
Obras de urbanização relativas ao alvará de licença de loteamento n.º 08/2003, na Rua da Fonte de Castelo de Vide, em Caneças	17
Emissão de parecer desfavorável ao pedido de autorização para ligação de um ramal de abastecimento de água, Bairro Serra da Luz, União de Freguesias de Pontinha e Famões	17
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 32, da Rua 18 de Maio, no Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	17
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 32, da Rua Major João Luís de Moura, no Bairro da Milharada, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	17



	Página
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	18
Editais	49
Decisões com Eficácia Externa	51
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
1.ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada em 20 de dezembro de 2017 - Quadriénio 2017-2021	
Recomendações	69
Moções	71
Voto de Pesar	72
4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 21 de dezembro de 2017 - Quadriénio 2017-2021	
Voto de Congratulação	73
Recomendações	74
5.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 27 de dezembro de 2017 - Quadriénio 2017-2021	
Mapa de Pessoal 2018 da Câmara Municipal de Odivelas	75
Mapa de Pessoal 2018 dos SIMAR de Loures e Odivelas	76
Documentos Previsionais dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas para o ano de 2018	76
Autorização de despesa e início do procedimento para contratação de serviços de Revisão Oficial de Contas para o período de 2018/2021, em Agrupamentos de Entidades Adjudicantes (Município de Loures e SIMAR Loures e Odivelas)	77
Transferência financeira para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures	77



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS



**CÂMARA MUNICIPAL****1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Realizada em 10 de janeiro de 2018

DELIBERAÇÕES**24.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
21.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2017 - EXTRAORDINÁRIA**

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação n.º Interno/2017/14310, de 2017.12.14, a autorizar a 21.ª Alteração Orçamental de 2017 - Extraordinária, 24.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à referida informação, que farão parte integrante da ata da presente reunião.

“21.ª Alteração Orçamental (Extraordinária)

A 21.ª Alteração Orçamental de 2017 reveste-se de carácter extraordinário e reproduz a necessidade de reforçar, do lado da despesa, o projeto relativo a “Encargos de Cobrança de Receita”, no valor de 150.000,00 Euros (cento e cinquenta mil euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 157.863,61€ (cento e cinquenta e sete mil euros, oitocentos e sessenta e três euros e sessenta e um cêntimos), verificando-se um aumento das despesas de capital no valor de 7.863,61 Euros (sete mil, oitocentos e sessenta e três euros e sessenta e um cêntimos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas correntes, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	150.000,00	157.863,61
Total de Despesas Capital	7.863,61	0,00
Total Geral	157.863,61	157.863,61

(un:euros)”

(Aprovado por maioria)

**25.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
22.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2017 - EXTRAORDINÁRIA**

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação n.º Interno/2017/14491, de 2017.12.27, a autorizar a 22.ª Alteração Orçamental de 2017 - Extraordinária, 25.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à referida informação, que farão parte integrante da ata da presente reunião.

“22.ª Alteração Orçamental (Extraordinária)

A 22.ª Alteração Orçamental de 2017 reveste-se de carácter extraordinário e reproduz a necessidade de reforçar, do lado da despesa, os projetos relativos a:

-“O. Participativo 2016: Campanha de Sensibilização Contra Dejetos Caninos na Rua”, no valor de 76.005,60 Euros (setenta e seis mil, cinco euros e sessenta cêntimos);

-o valor de 140.000,00 Euros (cento e quarenta mil euros), no projeto “Encargos Diversos de Estrutura - OdivelasViva”;

-No projeto “Escolas Básicas 1.º Ciclo /Jardins de Infância”, o valor de 400,00 Euros (quatrocentos euros);

-200,00 Euros (duzentos euros), no projeto “Restituições e Outras Despesas”.

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 226.622,20€ (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e vinte e dois euros e vinte cêntimos), verificando-se um aumento das despesas de capital de 12.516,60 euros (doze mil, quinhentos e dezasseis euros e sessenta cêntimos), por contrapartida de decréscimo de igual montante ao nível das despesas correntes, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

	Inscrições Reforços	/ Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	214.105,60	226.622,20
Total de Despesas Capital	12.516,60	0,00
Total Geral	226.622,20	226.622,20

(un: euros)

(Aprovado por maioria)

**1.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL**
1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2018

1.ª Alteração Orçamental de 2018, 1.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2018/114, de 2018.01.05, que farão parte integrante da ata da presente reunião.

“ 1.ª Alteração Orçamental

A 1.ª Alteração Orçamental de 2018 pretende, essencialmente, regularizar a dívida orçamental de projetos transitados para o corrente ano. Esta situação advém do facto do processo de elaboração orçamental para o ano de 2018, ter sido encerrado durante o mês de novembro de 2017, ou seja, antes do fim do ano económico, pelo que desde essa data até 31 de dezembro, houve novos compromissos assumidos, bem como despesa que estava em dívida que foi entretanto paga. Deste modo, é esse saldo apurado, entre reforços e diminuições, de projetos de dívida a transitar que foi necessário retificar.

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 2.330.435,82 Euros (dois milhões, trezentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos), verificando-se um aumento das despesas de capital no valor de 208.752,96 Euros (duzentos e oito mil, setecentos e cinquenta e dois euros e noventa e seis cêntimos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas correntes, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrições Reforços	/	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	522.036,75		730.789,71
Total de Despesas Capital	1.808.399,07		1.599.646,11
Total Geral	2.330.435,82		2.330.435,82

(un: euros)

(Aprovado por maioria)

REUNIÕES**DESAGENDAMENTO E AGENDAMENTO DE REUNIÕES**

Ratificação do Despacho n.º 62/PRES/2017, de 2017.12.18, do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para desagendamento de reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, marcada para o dia 27 de dezembro de 2017 e para marcação da primeira reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2018, para o dia 10 de janeiro de 2018, de acordo com o proposto no referido Despacho.

(Aprovado por unanimidade)

CALENDARIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS PARA 2018

Calendarização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Odivelas para o ano de 2018, nos termos do Regimento em vigor, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/14379, de 2017.12.15.

Calendarização das Reuniões Ordinárias
da Câmara Municipal de Odivelas
Para o ano de 2018

(Todas as reuniões são públicas)

Janeiro	Dia 24
Fevereiro	Dia 07
	Dia 21
Março	Dia 07
	Dia 21
Abril	Dia 04
	Dia 18
Maio	Dia 02
	Dia 16
	Dia 30
Junho	Dia 13
	Dia 27
Julho	Dia 11
	Dia 25
Agosto	Dia 08
	Dia 22
Setembro	Dia 05
	Dia 19
	Dia 03
Outubro	Dia 17
	Dia 31
Novembro	Dia 14
	Dia 28
Dezembro	Dia 12

(Aprovado por unanimidade)

**FUNDOS DE MANEIO 2018****CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA 2018**

Constituição dos fundos de maneo do Gabinete da Presidência, Vereadores a Tempo Inteiro e Assembleia Municipal, da Direção Municipal, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento e do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, para 2018, com os seguintes valores e distribuídos pelas seguintes rubricas orçamentais, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/14, de 2018.01.03:

Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

Montante: €600,00

Orgânica/Económica	Designação	Valor	Valor Acumulado Anual
21.02/02.01.21	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros bens	€300,00	€2.000,00
21.02/02.02.25	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros serviços	€300,00	

Vereadores a Tempo Inteiro

Montante: €600,00

Orgânica/Económica	Designação	Valor	Valor Acumulado Anual
21.04/02.01.21	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros bens	€300,00	€2.000,00
21.04/02.02.25	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros serviços	€300,00	

Presidente da Assembleia Municipal

Montante: €600,00

Orgânica/Económica	Designação	Valor	Valor Acumulado Anual
21.01/02.01.21	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros bens	€300,00	€2.000,00
21.01/02.02.25	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros serviços	€300,00	

Direção Municipal

Montante: €2.600,00

Orgânica/Económica	Designação	Valor	Valor Acumulado Anual
22.01/02.01.21	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros bens	€500,00	€4.000,00
22.01/02.02.25	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros serviços	€300,00	
23.06/02.02.25	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros serviços	€2.000,00	

Divisão Financeira e de Aprovisionamento

Montante: €600,00

Orgânica/Económica	Designação	Valor	Valor Acumulado Anual
23.03/02.01.21	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros bens	€300,00	€2.000,00
23.03/02.02.25	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros serviços	€300,00	

Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa

Montante: €600,00

Orgânica/Económica	Designação	Valor	Valor Acumulado Anual
21.09/02.01.21	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros bens	€300,00	€2.000,00
21.09/02.02.25	Apoio Téc. Adm. - Aquisição de outros serviços	€300,00	

(Aprovado por unanimidade)**SALDO DE GERÊNCIA ORÇAMENTAL****MAPA DE FLUXOS DE CAIXA**

Mapa de fluxos de caixa, relativo ao exercício económico de 2017, para integração do saldo de gerência transitado nos fundos disponíveis de 2018, nos termos do mapa anexo à informação n.º Interno/2018/0004, de 2018.01.03, de acordo com o proposto na referida informação.

(Aprovado por unanimidade)**FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL
DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS****FUNDO DE MANEIO PARA 2018**

Constituição do fundo de maneo permanente do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas (FESMO), para 2018, com valor de €1500,00 (mil e quinhentos euros) mensais renováveis, perfazendo o valor total anual de €18.000,00 (dezoito mil euros), nos termos do regulamento do referido Fundo de Emergência (*publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 11/2014, de 3 de junho*), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/14455, de 2017.12.21.

(Aprovado por unanimidade)



SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO DOS PEDERNAIS, LISTA DE ERROS E OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DE PROPOSTAS PROCESSO N.º 24/DM/2017

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 4.ª reunião ordinária, realizada em 22 de dezembro de 2017, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/32641 de 2017.12.22, a Proposta 441/2017 relativa à aprovação da lista de erros e omissões, assim como a prorrogação por 70 dias do prazo de entrega de propostas referente ao concurso público 24/2017, empreitada de construção do reservatório dos Pedernais. De acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2017/14608, de 2017.12.28, é proposto a ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas de aprovação do seguinte:

1. A lista de erros e omissões do caderno de encargos da empreitada, mantendo o preço base do concurso;
2. A prorrogação por 70 (setenta) dias do prazo de entrega das propostas.

(Aprovado por unanimidade)

ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE “SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS EM CANEÇAS, FASE II” PROCESSO N.º 1/DM/2018

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 4.ª reunião ordinária, realizada em 22 de dezembro de 2017, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/32945 de 2017.12.27, a Proposta 440/2017 relativa à adjudicação da empreitada de substituição de condutas em Caneças, Fase II, referente ao concurso público 21/2017. De acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2018/24 de 2018.01.03, é proposto a aprovação da decisão de adjudicação da Empreitada de “substituição de condutas em Caneças (Fase II)” – CP 21/2017, à empresa Construbuild – Services, Lda., pelo valor de €567.420,80 (quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte euros e oitenta centavos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

(Aprovado por unanimidade)

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JIU-JITSU BRASILEIRO

Acordo de cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Federação Portuguesa de Jiu-Jitsu Brasileiro, nos termos da minuta de Acordo anexa à informação dos serviços, com vista à organização do “European Open Jiu-Jitsu Championship”, que irá decorrer no Pavilhão Multiusos de Odivelas, entre os dias 15 a 21 de janeiro de 2018. De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/14635, de 2017.12.29, a participação do município traduz-se, essencialmente, nos seguintes apoios:

1) Apoio logístico:

- Ceder material/equipamento propriedade da CMO (mesas, cadeiras, porta-estandarte, bandeiras (Portugal, CMO e União Europeia), linóleos, baias e extensões);
- Ceder transportes (viaturas municipais), em articulação com a Divisão de Transportes e Oficinas.

2) Cedência de instalações do Pavilhão Multiusos de Odivelas, nas seguintes datas:

- 13 a 21 de janeiro de 2018 (montagens, competição e desmontagens).

3) Divulgação/Promoção:

- Promover e divulgar o evento pelos meios normais de distribuição do Município, em articulação com o Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa;
- Apoiar técnica e logisticamente, ações de divulgação do evento a levar a efeito pela FPJJB.

4) Apoio técnico informático:

- Técnicos informáticos, em horários de expediente, em articulação com o Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento.

Resumo da estimativa de custos (indiretos):

Apoio	Custo Indireto
DOMHT/DTO (autocarros)*	2.799,64 €
DOMHT/DTO (carrinha de caixa aberta)	129,44 €
TOTAL: 2.929,08 €	

Nota: *Valor baseado no evento anterior.



(Minuta)

“Acordo de Cooperação

Município de Odivelas / Federação Portuguesa de Jiu-Jitsu Brasileiro

Considerando que:

- Uma das condições essenciais para o desenvolvimento desportivo sustentado é a existência de locais adequados para a sua prática;
- O alcançar deste objetivo só será possível através da rentabilização da utilização das instalações desportivas do Concelho;
- O Pavilhão Multiusos de Odivelas (PMO) desempenha um papel fulcral no desenvolvimento desportivo do concelho, pelos atletas/praticantes que aí desenvolvem a prática de atividade física e desportiva;
- O Município de Odivelas procura ser uma referência no panorama desportivo nacional, com a dinamização de múltiplos eventos nacionais e internacionais no seu Multiusos, infraestrutura que dispõe de condições ótimas para a organização de grandes eventos de nível internacional nas diversas modalidades desportivas;
- A Federação Portuguesa de Jiu-Jitsu (FPJJB) vai levar a efeito nos dias 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de Janeiro de 2018 o European Open Jiu-Jitsu Championship;
- As excelentes condições existentes no PMO, devem não só ser usufruídas e aproveitadas pelo público e desportistas do Concelho, como tornadas conhecidas no mapa internacional, trazendo ao município e ao nosso país, a elite dos representantes da modalidade ao nível europeu;
- O Município de Odivelas encontra-se na disposição de ceder o uso do PMO, instalações e infraestruturas de apoio, para o evento acima referido e organizado pela FPJJB.

Assim, é celebrado entre o:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público com o n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho - Quinta da Memória (Rua Guilherme Gomes Fernandes) - 2675-372 Odivelas, adiante designado por “MO”, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins,

e

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JIU-JITSU BRASILEIRO, pessoa coletiva n.º 509 300 375, com sede na Rua Sanches Coelho 4C, 1600 Lisboa, doravante designada por “FPJJB”, neste ato representada pelo

Presidente da Direção, Eng.º Augusto Pedro de Oliveira Alves da Silva;

Um Acordo de Cooperação com vista à organização do European Open Jiu-Jitsu Championship, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira
(Objeto)

O presente Acordo tem por objeto a cedência à Federação Portuguesa de Jiu-Jitsu Brasileiro (FPJJB) das instalações do Pavilhão Multiusos de Odivelas (PMO), sito nas Colinas do Cruzeiro, concelho de Odivelas, bem como o respetivo apoio técnico e logístico, para a realização do evento “European Open Jiu-Jitsu Championship”.

Cláusula Segunda
(Obrigações do MO)

O MO, através da sua Câmara Municipal, é responsável pelos seguintes aspetos da Organização:

1. Disponibilizar as instalações que integram aquela infraestrutura, para montagens, evento e desmontagens, entre os dias 13 a 21 de janeiro de 2018;
2. Promover e divulgar o evento, pelos meios normais de distribuição da CMO, assim como permitir a colocação de cartazes alusivos ao evento no interior do PMO;
3. Ceder viaturas municipais (mediante disponibilidade) de 15 a 21 de janeiro, para os seguintes efeitos:
 - a) Transfere diários das comitivas: Metro – Pavilhão Multiusos de Odivelas – Metro, de acordo com o plano de transportes entregue pela FPJJB à CMO;
 - b) Transporte de materiais nos dias 12 e 21 de janeiro de 2018;
4. Requisitar os Bombeiros Voluntários de Odivelas para presença de uma ambulância no local, com suporte básico de vida e reanimação, de acordo com a programação do evento;
5. Disponibilizar serviços de internet necessários para a realização do evento.

Cláusula Terceira
(Obrigações da FPJJB)

1. Cabe à FPJJB o planeamento, preparação, realização e avaliação do evento, comprometendo-se a realizar todas as tarefas relacionadas e inerentes à respetiva organização, de modo a garantir que o mesmo corresponda, às expectativas qualitativas e quantitativas de todos os intervenientes e do público, para eventos desta natureza.



2. São aspetos organizativos do “European Open Jiu-Jitsu Championship”:

- a) A coordenação técnica;
- b) Obtenção de licenças necessárias à realização do evento;
- c) Efetuar todas as apólices de seguros exigidos por lei;
- d) O apoio médico de prova no local;

3. São da responsabilidade da FPJJB os custos com os serviços adicionais, nomeadamente: segurança/vigilância e limpeza, embora seja da competência exclusiva da Câmara Municipal de Odivelas estas aquisições, conforme previsto no n.º 1 do Artigo 35.º do Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização do Pavilhão Multiusos de Odivelas (RFCUPMO).

4. Para além do previsto no número anterior e nos termos do n.º 3 do Artigo 35.º do Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização do Pavilhão Multiusos de Odivelas (RFCUPMO), é ainda obrigação da FPPJ assumir os custos com a produção, eletricista, bombeiros e montagem/desmontagem do piso.

5. Obriga-se ainda a FPJJB a fomentar a prática de Jiu-Jitsu no concelho de Odivelas, colaborando com o Município de Odivelas em ações de divulgação/fomento da modalidade.

Cláusula Quarta
(Vigência)

O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura e termina com o cumprimento das obrigações de cada uma das partes.

Cláusula Quinta
Casos de Força Maior

No caso de desastres naturais, revoltas e emergências nacionais, guerra ou greves gerais, alterações ao normal funcionamento da organização do país, que tornem impossível o cumprimento deste contrato, ou a qualquer outra razão inesperada, a que o Município e a FPJJB sejam totalmente alheios, as Partes tentarão encontrar uma solução aceitável para ambos, de modo a minorar os prejuízos subjacentes.

Cláusula Sexta
(Legislação e Jurisdição)

1. Em tudo o que não estiver expressamente previsto, aplicar-se-ão as disposições legais vigentes do ordenamento jurídico português.

2. Não sendo de todo possível uma solução amigável, as partes elegem o foro da Comarca de Lisboa Norte, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da interpretação ou aplicação do presente acordo, com expressa renúncia a quaisquer outros.

O presente acordo é outorgado em dois exemplares igualmente válidos, um para cada parte outorgante.

Odivelas, de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

O Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Jiu-Jitsu Brasileiro

(Augusto Pedro de Oliveira Alves da Silva)”

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Direção Geral do Património Cultural, com o objetivo de contribuir para a realização da intervenção de conservação e restauro dos Túmulos de D. Dinis e do Infante, conforme minuta de Acordo anexa à informação n.º Interno/2018/8, de 2018.01.03, e que foi aprovada, com alteração à alínea d), do n.º 1, onde se lê “valor elegível de 135.000.000,00€”, deverá ler-se “valor elegível de 135.000,00€”.

“PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE

A DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

E O MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Intervenção de conservação e restauro | Túmulo D. Dinis

Considerando que:

Nos termos do artigo 2º, n.º1 do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, a Direção Geral do Património Cultural, doravante designada por DGPC, tem por missão



assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e material do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional;

Nos termos do artigo 2º, alínea a) dessa Lei Orgânica, a DGPC prossegue as atribuições de assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do inventário, classificação, estudo, conservação, restauro, proteção, valorização e divulgação do património cultural móvel e imóvel e também no domínio do estudo, valorização e divulgação do património imaterial;

Nos termos do disposto na alínea l) do mesmo n.º 2, é atribuição da DGPC fomentar e acompanhar a execução de atividades de cooperação com outras instituições públicas ou da sociedade civil;

Nos termos das alíneas p) e t) do n.º 3 do artigo 2º. do referido Decreto-Lei são ainda atribuições da DGPC promover e apoiar, com entidades externas, linhas de cooperação, através do estabelecimento de contratos ou da definição de projetos no âmbito da sua atuação e celebrar protocolos de colaboração e contratos-programa com autarquias locais e outras entidades, nomeadamente, tendo em vista a qualificação e gestão de museus;

O Município de Odivelas, nos termos das competências e das atribuições que lhe estão cometidas, nomeadamente nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23º e da alínea t) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -, prossegue e desenvolve atribuições da maior relevância para a recuperação e valorização do património cultural do Concelho, nomeadamente do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo;

O desenvolvimento das atribuições comuns, colaboração e auxílio interadministrativo estão previstos no artigo 93º. da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;

A arca tumular do Rei D. Dinis está atualmente instalada no absidiolo do lado do Evangelho, da Igreja do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo em Odivelas, imóvel cedido para utilização do Município de Odivelas nos termos do Despacho n.º 5957/2017, de 5 de maio, publicado na 2ª série do Diário da República a 6 de julho de 2017, estando classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910.

A candidatura n.º LISBOA-04.2114-FEDER-000040, com o título “Intervenção de conservação e restauro | Túmulo D, Dinis” aprovada no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014/2020 que indica a data de 2018/01/02 para o início da operação e 2019/10/01 para a data de fim.

Entre

A Direção Geral do Património Cultural, adiante designada por DGPC e como 1º Outorgante, com o número de identificação de pessoa coletiva 600084914, e sede no Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, representada pela Diretora-Geral, Arquiteta Paula Araújo da Silva, que outorga no exercício de competência própria

E

O Município de Odivelas, adiante designado por Município e como 2º. Outorgante, com o número de identificação de pessoa coletiva 504293125, e sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Martins,

É CELEBRADO E RECIPROCAMENTE ACEITE PELAS PARTES OUTORGANTES O PRESENTE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO QUE SE REGE PELAS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO CLAUSULADO SEGUINTE:

Cláusula Primeira Objeto

1 - A Direção-Geral do Património Cultural e o Município de Odivelas acordam estabelecer a presente parceria para a cooperação e o mútuo apoio no quadro da missão e das atribuições de cada uma das Entidades, que se consubstancia nos princípios, ações, atividade e compromissos descritos no presente Protocolo de Colaboração relativos à candidatura n.º LISBOA-04.2114-FEDER-000040, com o título “Intervenção de conservação e restauro | Túmulo D, Dinis” que integra as seguintes componentes/ valores elegíveis:

- a) Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria – sendo o valor elegível de 31.950,00€
- b) Publicidade e Divulgação – cujo valor elegível é: 21.000,00€.
- c) Outros Serviços – 14.700,00€.
- d) Edifícios (Recuperação das coberturas, vãos e paramentos), com o valor elegível de 135.000,00€.
- e) Outras despesas (Conservação e restauro dos túmulos; limpeza e registo arqueológico do interior dos túmulos; conservação dos têxteis exumados), com um valor elegível de 42.000,00€

Cláusula Segunda Direitos e Obrigações dos Outorgantes

1 – A cada um dos outorgantes assiste o direito de ser reconhecido como entidade parceira, por todo o tempo de vigência do presente Protocolo de Colaboração, devendo os materiais de divulgação, ou outros que sejam produzidos, fazer referência à participação e ao apoio conferidos a ambos os outorgantes.



2 - O Primeiro Outorgante obriga-se a:

a) Conceder apoio técnico às diversas componentes elegíveis na candidatura nº LISBOA-04.2114-FEDER-000040, apesar de não assegurar qualquer compromisso financeiro no financiamento das ações previstas.

b) Elaborar e aprovar os estudos e projetos/ cadernos de encargos abaixo indicados, facultando-os ao Segundo Outorgante para efeitos de cumprimentos do cronograma de execução anexo ao presente protocolo e que dele faz parte integrante:

b.1) Empreitada “Recuperação das coberturas, vãos e paramentos” – projeto de execução

b.2) Prestação de serviços “Pesquisa documental” – caderno de encargos

b.3) Prestação de serviços “Conservação e restauro do túmulo de D. Dinis - 2ª Fase” – caderno de encargos

b.4) Prestação de serviços “Exumação e estudo bioantropológico do Rei D. Dinis e o do infante” – caderno de encargos

b.5) Prestação de serviços “Estudo e intervenção de conservação dos têxteis exumados” – caderno de encargos

c) Apoiar o segundo outorgante no esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas aos projetos e cadernos de encargos, nomeadamente das que possam surgir em sede de consultas aos potenciais adjudicatários;

d) Assegurar, sempre que solicitado, o apoio técnico ao dono da obra na fase de análise das candidaturas e das propostas, relativos às diferentes empreitadas/ prestações de serviços.

e) Assegurar a assistência técnica aos projetos/ cadernos de encargos em fase de obra/ execução;

f) Apoiar através dos meios disponíveis, a divulgação do processo, em articulação com o Segundo Outorgante;

3 - O Segundo Outorgante obriga-se a:

a) Assegurar na íntegra a contrapartida nacional da candidatura através do seu Orçamento de 2018 e anos seguintes, sendo o financiamento das ações previstas na candidatura nº LISBOA-04.2114-FEDER-000040 feito através das verbas disponibilizadas para o efeito nos termos do contrato a assinar entre a entidade responsável pela gestão do Programa Operacional de Lisboa 2014/2020 e o Município de Odivelas;

b) Elaborar e aprovar os estudos e projetos/ cadernos de encargos abaixo indicados, para efeitos de cumprimentos

do cronograma de execução anexo ao presente protocolo e que dele faz parte integrante:

b.1) Prestação de serviços “Registo Fotográfico e Videográfico da intervenção”

b.2) Prestação de serviços “Edição de publicação relativa à recente intervenção realizada nas arcas tumulares”

c) Garantir, em articulação com o Primeiro Outorgante a adequada divulgação pública do processo ao longo da sua realização e após a sua conclusão;

d) Lançar e gerir os procedimentos respeitantes às ações que integrem a Candidatura nº LISBOA-04.2114-FEDER-000040, assumindo, para esse efeito, o papel de dono de obra.

e) Assegurar a fiscalização da empreitada “Recuperação das coberturas, vãos e paramentos”, nomeadamente através da designação do diretor de fiscalização de obra, tendo em consideração o cumprimento da Lei nº. 31/2009, de julho, alterada pela Lei nº. 40/2015, de 1 de junho;

f) Assegurar a coordenação de segurança em fase de projeto da empreitada “Recuperação das coberturas, vãos e paramentos”;

g) Garantir o acesso ao espaço e permanência das equipas contratadas para a execução das empreitadas/ prestações de serviços durante todo o período em que decorrer a candidatura;

h) Garantir a manutenção do túmulo e dos espaços objetos da operação após a realização da mesma;

i) Assegurar a gestão do túmulo e espaços intervencionados, bem como a respetiva receita e despesa que venha a ser necessária ao bom funcionamento e abertura do espaço à fruição pública.

Cláusula Terceira
Outros Direitos e Obrigações

As partes outorgantes não assumem quaisquer outros direitos com base neste Protocolo, para além dos que nele são expressamente atribuídos.

Cláusula Quarta
Disposições Finais

Todas as questões que se suscitem em resultado da aplicação do presente Protocolo serão referencialmente resolvidas entre as partes outorgantes.



Cláusula Quinta
Duração

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e será válido por todo o tempo necessário à execução da candidatura n.º LISBOA-04.2114-FEDER-000040, com o título “Intervenção de conservação e restauro | Túmulo D, Dinis”.

O PRESENTE PROTOCOLO ESTÁ ESCRITO EM 06 FOLHAS QUE PELOS CONTRAENTES VÃO RUBRICADAS, À EXCEÇÃO DA ÚLTIMA POR CONTER AS ASSINATURAS E FOI CELEBRADA EM DOIS EXEMPLARES, FICANDO CADA UM DELES NA POSSE DOS CONTRAENTES.

Lisboa, xx de janeiro de 2018

Pela Direção-Geral do Património Cultural

Paula Araújo da Silva
Diretora- Geral

Pela Câmara Municipal de Odivelas

Hugo Martins
Presidente da Câmara”

(Aprovado por unanimidade)

(Brasil), assinado a 8 de maio de 2017, nos termos da “Lista de Títulos”, anexa à informação n.º Interno/2017/13775, de 2017.11.01, de acordo com o proposto na referida informação.

(Protocolo de Geminação deliberado na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 19 de abril de 2017 -Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9/2017, de 2 de maio, pág. 10-, e na 6.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 4 de maio de 2017 -Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 10/2017, de 16 de maio, página 20-)

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação n.º Interno/2017/14415, de 2017.12.19, a autorizar a cedência de transporte municipal à Junta da União de Freguesia de Pontinha e Famões, no dia 19 de dezembro de 2017, para deslocação a Óbidos, no âmbito da visita de um grupo de seniores dessa União de Freguesias à Vila Natal, com um custo estimado em €137,18 (cento e trinta e sete euros e dezoito centimos), de acordo com o proposto na referida informação.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

**SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA PONTINHA**

Reforço do subsídio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Pontinha, no valor de €38.454,68 (trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e oito centimos), com IVA incluído, para aquisição de viatura (uma ambulância de transporte múltiplo), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/14467, de 2017.12.20.

(Aprovado por unanimidade)

DOAÇÃO DE EXCEDENTES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS

Doação à Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas, no Brasil, de excedentes das doações de livros usados feitas à Biblioteca Municipal Dom Dinis, com o objetivo de contribuir para a constituição do fundo documental da Biblioteca Municipal de São Caetano de Odivelas (Brasil), em fase de implementação, no âmbito do Protocolo de Geminação entre o Município de Odivelas e o Município de São Caetano de Odivelas

PROCESSOS PARTICULARES

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2002
BAIRRO DA MIMOSA LOTE N.º 90
FREGUESIA DE ODIVELAS
PROCESSO N.º 46692/RC**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2002, do Bairro da Mimosa, para o lote 90, na Freguesia de Odivelas, em nome de Norberto dos Prazeres Monteiro e José Manuel Almeida Barata. A alteração aos parâmetros urbanísticos do lote tem como objetivo a legalização da edificação existente no lote mencionado, nos termos da informação técnica n.º 101/RD/DRRU/DGOU/17 de 2017.12.05 e de acordo com o proposto na informação n.º 46692/RC de 2017.12.18, constante a folhas 2142 do processo, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e nº2 do art.º



99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor de 5.379,24€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (35,00m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos de cada lote temos a seguinte alteração:

Alvará n.º 5/2002						
Lote	Área Lote (m ²)	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m ²)	Área Const. (m ²)
90	224,00	2	1	hab	80,00	170,00

Alteração ao Alvará n.º 5/2002						
Lote	Área Lote (m ²)	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m ²)	Área Const. (m ²)
90	224,00	2	2	hab	206,00	411,00
Diferencial	-	-	+1	-	+126,00	+241,00

Os valores alterados foram representados a negrito.

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 3/2009
BAIRRO NOVO DE SANTO ELOY LOTES N.ºs 16, 58 E 59
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA/FAMÕES
PROCESSO N.º 47251/RC**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2009, do Bairro Novo de Sto. Eloy, para os lotes 16, 58 e 59, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de Aniceto Rodrigues Silva e Outro. A variação de parâmetros urbanísticos tem como objetivo a legalização das edificações existentes nos lotes mencionados, nas condições constantes na informação técnica n.º 98/RD/DRRU/DGOU/17 de 2017.12.12 e de acordo com o proposto na informação n.º 47251/RC de 2017.12.18 constante a folhas 3677 do processo, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor de 22.232,47€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (148,00m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos de cada lote temos a seguinte alteração:

Alvará n.º 3/2009							
Lote	Área Lote (m ²)	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m ²)	Área Const. (m ²)	Área AE (m ²)
16	355	2	2	H+AE	140	280	140
58	291	2	1	H+AE	120	240	120
59	301	2+S	1	H+AE	120	240	120

Alteração ao Alvará n.º 3/2009							
Lote	Área Lote (m ²)	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m ²)	Área Const. (m ²)	Área AE (m ²)
16	355	2	2	H+AE	345	540	370
58	592	2+S	2	H+AE	411	842	602
59	UNIFICADO COM O LOTE 58						
Diferencial	-	-	-	-	+376	+622	+592

Os valores alterados foram representados a negrito.

(Aprovado por maioria)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA DELIBERAÇÃO DE
LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
CASAL DO URMAL - PROCESSO N.º 24480/L/OC**

Declaração de caducidade da deliberação de licenciamento da operação de loteamento, em nome de Maria Rosa Silvério Castelo, Casal do Urmal, União das Freguesias de Ramada e Caneças, tomada na 5.ª reunião ordinária da Comissão Instaladora do Município de Odivelas, realizada em 8 de março de 2000 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 0 de 2000*, página 17), de acordo com o proposto na informação n.º 69/APV/2017 de 2017.12.18, constante na folha 807 do processo.

(Aprovado por maioria)



**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO
N.º 132/75 - URBANIZAÇÃO DA CODIVEL
FREGUESIA DE ODIVELAS
PROCESSO N.º 1319/U**

Alteração à licença de loteamento, titulada pelo alvará de loteamento n.º 132/75, Lotes 64 e 64A da Zona B, inseridos na Urbanização do Codivel, Freguesia de Odivelas, em nome de Magalhães e Garcia, Lda., nas condições constantes na informação técnica n.º URB/2015/1580 de 2017.12.06 do processo com o n.º 1319/U. De acordo com o proposto na informação n.º 66/APV/2017 de 2017.12.07, são propostas alterações nas seguintes condições:

- a) União dos lotes 64 e 64A e alteração do polígono de implantação, mantendo a sua área;
- b) Alteração do número de pisos, resultando a redução da volumetria do edifício;
- c) Aumento do número de pisos destinados a estacionamento em cave;
- d) Manutenção dos usos e da área total de construção inicialmente prevista;
- e) Requalificação da área envolvente do lote, consistindo, nomeadamente na execução de prolongamento de arruamento existente;

(Aprovado por unanimidade)

**HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA, RECEÇÃO DEFINITIVA
DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO RELATIVAS AO ALVARÁ
N.º 08/2003 E CANCELAMENTO DA CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 1923/LO**

No seguimento do requerimento apresentado por Sonhos e Utopias-Sociedade de Construções Lda., solicitando a receção definitiva das obras de urbanização relativas ao alvará de licença de loteamento n.º 08/2003, na Rua da Fonte de Castelo de Vide, em Caneças, de acordo com o constante na informação dos serviços da câmara com o n.º 67/APV/2017, de 2017.12.07, é proposto:

- a) A homologação do auto de vistoria constante de folhas 822 e 823 do processo;
- b) A Receção definitiva das obras de urbanização relativas ao alvará de loteamento 08/2003;
- c) O cancelamento da caução prestada como garantia da adequada execução das obras de urbanização, através da hipoteca voluntária sobre o lote 1.

(Aprovado por unanimidade)

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E LIGAÇÃO DE
RAMAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E RESPECTIVO CONTADOR
RUA D. JOÃO I LOTE 454, R/C DTO, BAIRRO SERRA DA LUZ
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Emissão de parecer desfavorável ao pedido de autorização para ligação de um ramal de abastecimento de água, para habitação, do proprietário, Luís Filipe Nabeira Rodrigues, na Rua D. João I, Lote n.º 454, Bairro Serra da Luz, União de Freguesias de Pontinha e Famões, de acordo com o proposto na informação constante na folha 22 do Processo n.º Edoc/2017/56809, de 2017.12.13.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO SOL NASCENTE, LOTE 32
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2007/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 32, da Rua 18 de Maio, no Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10767 de 2017.07.19, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 4.934,20 (quatro mil novecentos e trinta e quatro euros e vinte cêntimos), em nome de Pedro Filipe Rodrigues Ferraz, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2007/DRU, de 27 de dezembro, nos termos da informação técnica n.º 136/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.12.13 e de acordo com o proposto na informação n.º 116.2017 de 2017.12.14.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DA MILHARADA, LOTE 32
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 3/2006/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 32, da Rua Major João Luís de Moura, no Bairro da Milharada, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10504 de 2017.12.12, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 549,33 (quinhentos e quarenta e nove mil e trinta e três cêntimos), em nome de Joaquim Duarte Matos, a favor da Câmara Municipal de Odivelas para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 3/2006/DRU, de 19 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 139/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.12.15 e de acordo com o proposto na informação n.º 117.2017 de 2017.12.15.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 01/PRES/2018

Assunto: Nomeação em Regime de Substituição do Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa - Dr. Luís Miguel Soares Silveiro

Considerando que:

1. O n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estabelece que *“Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas, por despacho do presidente da câmara municipal e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico (...)”*.

2. Na Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas, publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 5, de 27 de março de 2015, define-se, no Artigo 26.º como **atribuições do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa:**

a) Promover junto da população, especialmente da do Município, e demais instituições, a imagem do Município enquanto instituição aberta e eficiente ao serviço exclusivo da comunidade;

b) Promover a comunicação eficiente e útil entre os munícipes e o Município, estimulando o diálogo permanente, a responsabilização coletiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

c) Produzir e difundir informação escrita e audiovisual relativa à atividade dos Órgãos e Serviços Municipais;

d) Assegurar uma adequada articulação com os órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, com vista à difusão de informação municipal;

e) Realizar, ou encomendar, estudos e sondagens de opinião pública relativos à vida local;

f) Promover a imagem pública dos Serviços, dos edifícios municipais e do espaço público, solicitando, para o efeito, a intervenção dos competentes serviços municipais;

g) Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município;

h) Organizar as deslocações oficiais do Presidente e Vereadores, no país e no estrangeiro, e a receção e estadia de convidados do Município;

i) Apoiar a realização de iniciativas promocionais;

j) Assegurar as atividades de produção gráfica e audiovisual e os suportes técnicos da sua difusão.

k) Promover a melhoria da qualidade dos serviços produzidos, desburocratizando procedimentos e eliminando formalidades não essenciais, com redução dos tempos de espera, no âmbito de uma gradual certificação dos serviços municipais no quadro da CAF;

l) Melhorar as condições físicas dos locais de trabalho;

m) Aumentar a produtividade dos serviços;

n) Informar os munícipes acerca dos serviços, dos seus direitos e garantias;

o) Promover a transparência e responsabilização dos serviços e dos colaboradores, facilitando a aproximação entre os cidadãos e os serviços municipais;

p) Receber e encaminhar sugestões e reclamações para os diversos órgãos e serviços do Município;

q) Articular com os restantes serviços municipais a informação necessária para uma adequada e célere resolução dos processos em tramitação na Câmara Municipal;

r) Proporcionar um atendimento permanente e personalizado aos cidadãos no relacionamento entre estes e os Serviços Municipais.

Nestes termos, ao abrigo da competência prevista no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e na alínea a), do n.º 2, do Artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atento o seu vasto currículo profissional e académico, designo **Luís Miguel Soares Silveiro**, Técnico Superior do Mapa de Pessoal do Instituto Superior Técnico e colocado no Município de Odivelas em regime de mobilidade, **Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa (GCMA)**.



O presente Despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

Odivelas, 3 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 02/PRES/2018

Assunto: Revogação de delegação de competências

Na sequência do meu despacho n.º 01/PRES/2018, através do qual designo um novo Coordenador para o Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, revogo os pontos III e IV da delegação de competências vertida no despacho n.º 49/PRES/2017, de 30 de outubro, com efeitos a 1 de janeiro de 2018.

Odivelas, 3 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 3/PRES/2018

Assunto: Delegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, Luís Miguel Soares Silveiro

Ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugado com os artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, **delego no Senhor Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, Luis Miguel Soares Silveiro**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas **no âmbito desta Unidade Orgânica Flexível**:

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas;
2. Autorizar férias dos trabalhadores afetos a esta Unidade Orgânica, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

3. Justificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;

4. Autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;

5. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

6. Competências genéricas de gestão para a instrução de processos e procedimentos administrativos a cargo do respetivo Gabinete, devendo tomar todas as medidas que visem acelerar a respetiva conclusão e a execução das suas decisões, nelas se incluindo, entre outras, pedidos de parecer a organismos exteriores e a publicação em Edital dos atos administrativos, quando obrigatórios;

7. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;

8. Autorizar a realização de despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de **€300,00 (trezentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, sempre com respeito pela disciplina de execução orçamental estabelecida nas alíneas d), e) e f) do Ponto 2.3.4 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, e no cumprimento do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f), do já referido Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos;

9. Autorizar o pagamento das referidas despesas até ao limite de **€ 300,00 (trezentos euros)**;

10. Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante;

11. Promover junto da população, especialmente da do Município, e demais instituições, a imagem do Município,



enquanto instituição aberta e eficiente ao serviço exclusivo da comunidade;

12. Promover a comunicação eficiente e útil entre os munícipes e o Município, estimulando o diálogo permanente, a responsabilização coletiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

13. Produzir e difundir informação escrita e audiovisual, relativa à atividade dos Órgãos e Serviços Municipais;

14. Assegurar uma adequada articulação com os órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, com vista à difusão de informação municipal;

15. Realizar, ou encomendar, estudos e sondagens de opinião pública relativos à vida local;

16. Promover a imagem pública dos Serviços, dos edifícios municipais e do espaço público, solicitando, para o efeito, a intervenção dos competentes serviços municipais;

17. Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município;

18. Organizar as deslocações oficiais do Presidente e Vereadores, no país e no estrangeiro, e a receção e estadia de convidados do Município;

19. Apoiar a realização de iniciativas promocionais;

20. Assegurar as atividades de produção gráfica e audiovisual e os suportes técnicos da sua difusão;

21. Promover a melhoria da qualidade dos serviços produzidos, desburocratizando procedimentos e eliminando formalidades não essenciais, com redução dos tempos de espera, no âmbito de uma gradual certificação dos serviços municipais, no quadro da CAF;

22. Melhorar as condições físicas dos locais de trabalho;

23. Aumentar a produtividade dos serviços;

24. Informar os munícipes acerca dos serviços, dos seus direitos e garantias;

25. Promover a transparência e responsabilização dos serviços e dos colaboradores, facilitando a aproximação entre os cidadãos e os serviços municipais;

26. Receber e encaminhar sugestões e reclamações para os diversos órgãos e serviços do Município;

27. Articular com os restantes serviços municipais a informação necessária para uma adequada e célere resolução dos processos em tramitação na Câmara Municipal;

28. Proporcionar um atendimento permanente e personalizado aos cidadãos, no relacionamento entre estes e os Serviços Municipais.

A delegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser, a todo o tempo, total ou parcialmente revogadas, desde que as circunstâncias o justifiquem e os superiores interesses do Município o aconselhem.

Nas mesmas circunstâncias e pelos mesmos motivos, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo delegado, bem como poderá ser decidida a avocação de algum processo ou assunto.

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for devolvido ao delegante, o (a) delegado (a)/subdelegante abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

Do exercício das competências delegadas deverá o delegado prestar ao delegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018.

Odivelas, 3 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 04/PRES/2018

Assunto: Delegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na Chefe do Gabinete da Presidência, Angelina Maria Pereira

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 42.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL), conjugado com o disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, (abreviadamente, designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitos os membros do Governo, aplicável com as devidas adaptações “*ex vi*” do n.º 5 do artigo 43.º do RJAL **delego**, pelo presente Despacho, na **Senhora Chefe do meu Gabinete de Apoio Pessoal, Angelina Maria Pereira**, e sem prejuízo das competências inerentes à função, as competências abaixo discriminadas:



I

NO ÂMBITO DE ATOS DE ADMINISTRAÇÃO ORDINÁRIA:

1. Proceder à abertura, análise e distribuição de correspondência e demais expediente, dirigido ao Presidente da Câmara, cabendo-lhe promover as diligências ou a prática de quaisquer atos destinados à instrução, pelos serviços municipais competentes, dos procedimentos administrativos a que respeitem;

2. Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades, com as seguintes exceções:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro - Ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município deva pronunciar-se.

3. Autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;

4. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição aos interessados de documentos juntos aos processos, sem prejuízo das salvaguardas estabelecidas por lei;

5. Autorizar o pagamento das taxas de justiça em ações em que o Município seja parte até ao limite de € **612,00 (seiscentos e doze euros)**;

6. Autorizar o pagamento das despesas realizadas com a locação de bens e serviços até ao limite de € **300,00 (trezentos euros)**;

7. Praticar de todos os atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória;

8. Solicitar quaisquer informações destinadas a instruir os procedimentos administrativos, com o objetivo de preparar o exercício da minha competência decisória.

II

NO ÂMBITO DE ATOS RELATIVOS À GESTÃO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA E DO RESPECTIVO PESSOAL:

1 Com exceção dos atos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego, as seguintes competências:

a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias;

b) Autorizar ausências ao serviço por pequenos períodos;

c) Controlar a assiduidade, visando informações, mapas e relatórios de assiduidade;

d) Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;

e) Propor a instauração de processos disciplinares, nos termos legalmente previstos;

f) Emitir parecer sobre requerimentos de mobilidade interna;

g) Propor a autorização do abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções que dê lugar à reversão de vencimento de exercício.

III

NO ÂMBITO DA LOJA DO CIDADÃO:

1. Os atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência;

2. As competências abaixo discriminadas, nomeadamente para:

a) Assegurar a coordenação da Loja do Cidadão e do pessoal afeto aos balcões de atendimento do Espaço Cidadão (EDC), dos balcões de serviços da Câmara Municipal (CMO), do Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) e do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM);

b) Assegurar a articulação dos trabalhos entre os diversos departamentos municipais que operam na Loja;

c) Assegurar a ligação dos serviços municipais e a entidade gestora da Loja do Cidadão, a AMA (Agência de Modernização Administrativa);



- d) Assegurar a supervisão do economato dos balcões;
- e) Autorizar férias dos trabalhadores afetos à Loja, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
- f) Justificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;
- g) Autorizar termos de abertura e de encerramento de livros sujeitos a esta formalidade;
- h) Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- i) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;
- j) Informar os cidadãos acerca dos serviços, dos seus direitos e garantias;
- k) Promover a transparência e responsabilização dos serviços e dos colaboradores, facilitando a aproximação entre os cidadãos e os serviços, bem como, a salvaguarda dos seus direitos e deveres;
- l) Proceder ao encaminhamento de requerimentos, informações, reclamações e sugestões aos vários serviços municipais;
- m) Promover um atendimento permanente, de proximidade e personalizado aos cidadãos, no relacionamento entre estes e os Serviços Municipais e as entidades cujos serviços são assegurados pelos espaços de atendimento da Loja de Cidadão.

IV

As competências ora delegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem e, bem assim, serem revogados quaisquer atos praticados pela delegada no exercício da presente delegação.

Poderá ainda o delegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, a delegada abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação

existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências delegadas, deverá a delegada prestar ao delegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018.

Odivelas, 8 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 06/PRES/2018

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Vereador Edgar Luís Simões Valles

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;
2. Mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, foi instalado o novo executivo municipal, e realizada a sua primeira reunião camarária na presente data, na qual foi aprovada a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara;
3. Os presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL);
4. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;

I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo



34.º e n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º aprovado em anexo pelo CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal** através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriênio 2017/2021, realizada em 30 de outubro de 2017, com faculdade de subdelegar, no Senhor Vereador **EDGAR LUÍS SIMÕES VALLES**.

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. DEPARTAMENTO JURIDICO E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1. DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL (COM EXCLUSÃO DO SETOR DE CONTRATOS PÚBLICOS)

- a) Instruir os processos de contraordenação, nos termos da lei, quando essa competência caiba aos órgãos do Município, em resultado de ações de fiscalização municipal, de participação policial ou particular, bem como assegurar o seu acompanhamento em juízo em caso de recurso;
- b) A preparação dos procedimentos ou decisões no âmbito da justiça fiscal que por lei corram pelos Municípios, bem como determinar a cobrança coerciva de dívidas que sigam este processo;
- c) A responsabilidade pelas execuções fiscais será atribuída a um responsável da Divisão Jurídica, a nomear pelo Presidente da Câmara Municipal;
- d) Velar pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações e decisões dos órgãos do Município nos limites das suas atribuições, participar as infrações ocorridas cabendo-lhe igualmente a execução de mandados;
- e) Desenvolver uma ação preventiva e pedagógica, esclarecendo, quando for caso disso, quais os modos mais adequados de dar cumprimento à lei, aos regulamentos e às decisões dos órgãos autárquicos;
- f) Colaborar com os diversos serviços municipais ou com entidades externas na área das suas atribuições ou na resolução de outros assuntos de interesse municipal;
- g) Informar o serviço de contraordenações do Município sobre o que estes reputem útil para a decisão em sede dos respetivos procedimentos e de que a Divisão disponha, relativamente à evolução dos procedimentos que nela corram os seus termos;

h) Efetuar os demais procedimentos técnico-administrativos adequados ao exercício das competências da Divisão;

i) Assegurar a remoção de viaturas abandonadas e proceder à tramitação administrativa e destino final das mesmas, bem como desencadear, nos termos do disposto no Código da Estrada e nos Regulamentos Municipais as ações necessárias ao bloqueamento e remoção de veículos que se encontrem em estacionamento abusivo, indevido ou em transgressão, lavrar os respetivos Autos de Notícia, bem como proceder às intimações e notificações nos termos do previsto no Código da Estrada;

j) Participar e contribuir para a elaboração de estratégias com vista à elaboração do mapa de ruído concelhio;

k) Proceder à fiscalização do ruído produzido por atividades ruidosas permanentes de licenciamento municipal, intervindo preventivamente, através da emissão de pareceres, no âmbito dos processos de licenciamento das referidas atividades;

l) Emitir pareceres e relatórios técnicos no âmbito do licenciamento de atividades ruidosas temporárias;

m) Contribuir para a elaboração de planos de ação, incluindo planos de redução de ruído;

n) Detetar e promover o embargo e participação da prática de ilícitos contraordenacionais das operações urbanísticas que, estando sujeitas a licenciamento ou autorização, dele não hajam sido objeto, promovendo os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento, com vista às correspondentes cominações;

o) Proceder à apreciação dos processos decorrentes da atividade da sua área funcional específica, respeitantes a obras ilegais, pedidos de vistoria, diligências e denúncias diversas;

p) Proceder à Gestão e Exploração do Estacionamento público tarifado;

q) Prestar informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara Municipal ou pelo seu Presidente;

r) Dar parecer sobre as reclamações ou recursos gratuitos bem como sobre petições ou exposições sobre atos e/ou omissões dos órgãos municipais ou procedimentos dos serviços;

s) Intervir e instruir em matéria jurídica os processos gratuitos;

t) Encarregar-se dos inquéritos a que houver lugar por determinação da entidade competente;



u) Apoiar a intervenção da Câmara Municipal na participação, a que esta for chamada, em processos legislativos e regulamentares;

v) Assegurar o patrocínio jurídico das ações propostas pela Câmara Municipal ou contra ela, e garantir todo o apoio se o patrocínio for assegurado por mandatário externo;

w) Executar, através do Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas (LACMO), medições de ruído por solicitação dos seus serviços ou de entidades externas nacionais ou internacionais.

1.2. GABINETE DE GESTÃO PATRIMONIAL E ADMINISTRAÇÃO GERAL (COM EXCLUSÃO DA SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS)

1.2.1. No âmbito do património imóvel municipal

a) Organizar e manter atualizado o cadastro e inventário dos bens imóveis do Município e promover todos os registos relativos aos mesmos;

b) Assegurar os procedimentos administrativos relativos à gestão do património imóvel, apoiando as negociações a efetuar e assegurar os procedimentos necessários à aquisição, oneração e alienação de bens imóveis;

c) Assegurar as ações e procedimentos relativos a processos de expropriação, bem como instruir e acompanhar os processos de declaração de utilidade pública;

d) Assegurar os procedimentos administrativos e a permanente atualização dos registos dos bens imóveis, bem como os procedimentos relativos à cedência, alienação ou aquisição dos referidos bens, excluindo os fogos municipais de habitação;

e) Colaborar na preparação de Contratos e protocolos de transferência de património para a gestão de empresas municipais e controlar o respetivo cumprimento;

f) Controlar o cumprimento, pelas partes envolvidas, de todos os Contratos, Acordos e Protocolos com incidência patrimonial celebrados pelo Município;

g) Manter o chaveiro central das instalações municipais, promover e controlar os respetivos contratos de fornecimento de água e energia, e colaborar no estabelecimento de sistemas de guarda e segurança das instalações municipais;

h) Projetar a requalificação da Quinta das Águas Férreas.

1.2.2. No âmbito do património móvel

a) Manter atualizado o inventário valorizado do património móvel existente e a sua afetação aos diversos serviços;

b) Estabelecer e fiscalizar o sistema de responsabilização sectorial pelos bens patrimoniais afetos a cada serviço;

c) Estabelecer os critérios de amortização de património afeto aos serviços, na perspetiva de imputação de custos a cada unidade orgânica;

d) Assegurar a conservação e manutenção dos bens patrimoniais móveis do Município, salvo os que, pela sua especificidade, se encontram sob a responsabilidade de outros serviços;

e) Manter registos que permitam a avaliação das condições económicas e de segurança de utilização de equipamentos e propor as medidas adequadas no sentido de economia, de segurança dos operadores e do aumento da produtividade;

f) Proceder às operações de abate e alienação de bens patrimoniais, quando deteriorados ou inúteis;

g) Assegurar a gestão da carteira de seguros à exceção dos seguros de pessoal e de proteção civil.

1.2.3. No âmbito da administração administrativa

a) Assegurar o expediente, nomeadamente, as funções de distribuição e expedição de correspondência, a divulgação pelos serviços de ordens e diretivas internas, dos regulamentos emitidos pelos órgãos municipais competentes, bem como a organização do expediente e apoio administrativo necessários aos processos de recenseamento militar e eleitorais;

b) Assegurar o arquivo, procedendo ao registo e arquivamento dos documentos entrados no Município, bem como à microfilmagem dos mesmos e ainda garantir um arquivo documental técnico e administrativo para consulta dos diferentes serviços;

c) Garantir a coordenação dos serviços de portaria, auxiliares e telefonistas;

d) Assegurar o funcionamento do Arquivo Municipal, contemplando as vertentes de Arquivo Corrente, Intermédio e Histórico, promovendo a avaliação, descrição e seleção dos documentos, bem como proceder à microfilmagem e/ou digitalização da documentação;

e) Garantir a disponibilização para consulta da documentação em depósito aos diferentes serviços e/ou cidadãos interessados.



2. DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCATIVA, JUVENTUDE, CULTURA E AMBIENTE

2.1. DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, PATRIMÓNIO CULTURAL E BIBLIOTECAS (COM EXCLUSÃO DO SETOR DO TURISMO E SETOR DE JUVENTUDE)

- a) Promover projetos e programas para a criação de infraestruturas/equipamentos culturais, bem como, assegurar uma gestão dinâmica, responsável e flexível dos equipamentos que se encontram sob a sua responsabilidade, nomeadamente o Centro de Exposições;
- b) Despertar e desenvolver, junto da comunidade em geral, o gosto pelas diversas formas de manifestação artística;
- c) Colaborar e dar apoio próximo às organizações associativas e a outras estruturas da comunidade, com vista à concretização de projetos e programas culturais;
- d) Promover e incentivar o desenvolvimento dos recursos locais no sentido do enriquecimento e preservação do Património Artístico, Histórico, Arquitetónico e Arqueológico existente no Concelho;
- e) Incentivar a investigação e a elaboração de estudos de suporte e enriquecimento da cultura local;
- f) Promover projetos e ações de formação/sensibilização, que contribuam para o aumento dos níveis de literacia da população do concelho, e para o reforço das competências de utilização da língua materna;
- g) Disponibilizar livros e recursos documentais diversos, que contribuam para formar pensadores críticos, e utilizadores efetivos da informação, em todos os suportes e meios de comunicação;
- h) Promover diversas atividades de animação e divulgação cultural e outras iniciativas de promoção do livro e da leitura;
- i) Dinamizar serviços inovadores e especiais, contribuindo para a descentralização do acesso à informação;
- j) Editar publicações de divulgação e promoção do Município;
- k) Assegurar a gestão e a máxima rentabilização do Centro Cultural da Malaposta, através de uma adequada programação de atividades em articulação com agentes culturais e demais entidades e movimento associativo, otimizando a mesma, nomeadamente através de protocolos.

2.2. DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

- a) Realizar inquéritos, estudos e ensaios de campo para avaliação das condições de qualidade de vida no Município de Odivelas;
- b) Estudar, planear, acompanhar e gerir linhas de água e rede hidrográfica, em colaboração com as entidades oficiais competentes;
- c) Promover ações necessárias com vista à obtenção de um adequado ambiente urbano, que assegurem a qualidade de vida com referência às novas temáticas ambientais;
- d) Contribuir, no âmbito das suas competências, para o controlo da poluição hídrica, dos solos, sonora e atmosférica;
- e) Proceder à limpeza e desassoreamento sistemático das linhas de água, designadamente das ribeiras;
- f) Colaborar na avaliação do impacte ambiental de projetos, planos, empreendimentos e outros, sejam municipais e/ou intermunicipais que, pela natureza ou dimensão, venham a influenciar, direta ou indiretamente, a qualidade de vida dos munícipes;
- g) Colaborar na apreciação de projetos de sistemas de pré-tratamento e tratamento de efluentes líquidos e sólidos de estabelecimentos industriais, com o objetivo de assegurar a defesa dos meios recetores e o cumprimento da legislação em vigor;
- h) Propor medidas de controlo de qualidade do ar;
- i) Proceder à gestão ambiental do Parque de Deposição Temporário de Veículos em Fim de Vida;
- j) Elaborar o Relatório sobre o estado do Ambiente Acústico Municipal, os Mapas de Ruído e os Planos de Redução de Ruído no Município, em colaboração com o LACMO;
- k) Colaborar na definição das medidas de proteção do património cultural do Concelho, nomeadamente as zonas de especial interesse ecológico e reserva ecológica;
- l) Estudar e planear formas de intervenção no tecido urbano, com o objetivo de acautelar a imagem urbana e a qualidade de vida;
- m) Planear e implementar ações que visem uma gestão racional da energia, numa perspetiva de conservação e aumento da qualidade de vida;
- n) Fomentar a elaboração de normas de isolamento térmico e/ou acústico das novas construções, bem como do melhoramento das já existentes;



- o) Executar e participar na elaboração ou acompanhamento de estudos de caracterização da qualidade do ambiente no Concelho;
- p) Colaborar na análise de propostas para a realização de contratos ou acordos de cooperação com outros organismos e instituições relacionadas com o ambiente, através da participação em reuniões e elaboração de pareceres técnicos sobre o tema;
- q) Conceber meios e promover medidas de proteção do Ambiente e Saúde Pública, com vista à salvaguarda da qualidade de vida dos cidadãos e da prevenção de situações nefastas ao Ambiente;
- r) Promover ações integradas conducentes à melhoria da qualidade das águas e medidas de prevenção à poluição das mesmas;
- s) Promover ações e campanhas de educação e sensibilização ambiental, em parceria e junto dos municípios, das instituições locais e dos organismos oficiais;
- t) Estimular a utilização racional de fontes de energia renováveis;
- u) Gerir o Centro Ecológico de Odivelas;
- v) Gerir o Cemitério Municipal;
- w) Informar sobre o interesse público municipal na preservação de áreas cobertas de vegetação, ainda que privadas, em função do seu valor natural ou da sua localização, em colaboração com o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico;
- x) Gerir a estratégia de espaços verdes do Concelho, no âmbito da estrutura verde definida em sede de Plano Diretor Municipal e demais planos aprovados;
- y) Propor e executar os projetos de implantação de zonas verdes e zelar pela manutenção dos espaços verdes de uso público de enquadramento urbano, designadamente de lazer, prática desportiva, cemitério e afins;
- z) Gerir o património arbóreo, em meio urbano ou florestal, e as manchas de vegetação espontânea;
- aa) Recuperar, conservar e salvaguardar os recursos hídricos e geri-los, no que respeita aos consumos para rega de espaços verdes e limpeza urbana;
- bb) Colaborar com o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico na elaboração de regulamentos municipais para a definição dos critérios técnicos a que deverão obedecer os projetos de loteamento particulares, no que respeita à criação e às condições de manutenção de espaços verdes e, na falta daqueles regulamentos, colaborar na apreciação desses projetos;
- cc) Proceder à fiscalização e acompanhamento das obras de infraestruturas gerais de intervenção urbana, na área respeitante aos espaços verdes, em articulação com outros serviços municipais;
- dd) Participar na gestão do património cultural, no que respeita aos jardins históricos, parques temáticos, quintas e espaços similares;
- ee) Colaborar na elaboração de planos gerais e de pormenor de arborização;
- ff) Gestão e manutenção do Viveiro Municipal, garantindo a continuidade das espécies da região e adquirindo as que não sejam possível ou aconselhável ali produzir, e respetivo fornecimento das espécies vegetais requeridas pelos serviços e organizações;
- gg) Executar os projetos de implantação de zonas verdes.
- hh) Acompanhamento e fiscalização das construções dos novos espaços verdes executados pela Divisão ou adjudicadas ao exterior;
- ii) Dar parecer sobre os arranjos de espaços verdes em novas urbanizações;
- jj) Planear a conservação de todos os espaços verdes;
- kk) Assegurar a manutenção preventiva dos espaços verdes, impedindo a disseminação de espécies parasitas;
- ll) Acompanhar projetos de investigação científica no domínio florestal, em articulação com as instituições de ensino superior e com as estruturas representativas do sector;
- mm) Estudar, executar e avaliar os programas e medidas de Política Ambiental, de Saúde Pública e Saúde Ambiental, e referentes aos Espaços Públicos Municipais, de acordo com as orientações dos órgãos autárquicos;
- nn) Colaborar com as autoridades de Saúde Pública e coordenar a intervenção sanitária em espaços municipais;
- oo) Promover ações de desinfestação e de controlo de pragas urbanas, mantendo-as em valores que não venham a perigar a Saúde Pública;
- pp) Coordenar o sistema permanente de controlo do estado de higiene de ruas, espaços verdes ou qualquer outro espaço de uso público, cuja manutenção não se encontre delegada nas Juntas de Freguesia, através do serviço de varredura e lavagem;



qq) Participar na definição de critérios técnicos e de medidas de sustentabilidade ambiental a cumprir na edificação e urbanização, bem como a respeitante aos requisitos de Higiene Pública e de Gestão dos Resíduos Sólidos;

rr) Intervir em situações de degradação ambiental;

ss) Assegurar o serviço de limpeza urbana, desmatção e recolha de entulhos e outros materiais;

tt) Acompanhar e apoiar as atividades de limpeza urbana descentralizadas nas Juntas de Freguesia;

uu) Coordenar em permanência o sistema de controlo do estado de higiene e de salubridade dos espaços públicos;

vv) Emitir parecer sobre a construção ou a localização de instalações destinadas à deposição de resíduos, no âmbito de operações urbanísticas ou de obras públicas, em articulação com as unidades orgânicas competentes;

ww) Elaborar diagnósticos de situação sobre a prestação de serviços na sua área de competência, definindo, em cada momento, o grau de cobertura geográfica de cada serviço prestado e o seu grau de atendimento quantitativo e qualitativo;

xx) Promover a atualização sistemática dos cadastros;

yy) Proceder à elaboração de estudos e projetos de especialidade, no âmbito das suas atribuições, na área do Município;

zz) Planificar ações intermunicipais, na área da limpeza urbana e resíduos sólidos;

aaa) Colaborar, quando for caso disso, na apreciação de estudos prévios de loteamentos, no âmbito das suas atribuições;

bbb) Promover e desenvolver estratégias integradas de exploração do sistema de resíduos sólidos, com o objetivo de minimizar os resíduos;

ccc) Fomentar a adequada gestão de resíduos sólidos nas unidades industriais e comerciais, como objetivo de efetuarem a recolha seletiva;

ddd) Planear ações relativas à área da limpeza urbana, de forma a otimizar recursos humanos e equipamentos;

eee) Recolher e sistematizar elementos sobre a localização de zonas de produção de resíduos, nomeadamente, zonas comerciais, industriais e residenciais ou mistas, bem como zonas que incluam grandes centros produtores de resíduos – mercados, feiras e outros;

fff) Realizar inquéritos e estudos para avaliação das condições de qualidade de vida no Concelho.

3. GABINETE DE SAÚDE, IGUALDADE E CIDADANIA (COM EXCLUSÃO DAS ÁREAS DA IGUALDADE E CIDADANIA)

a) Promover e acompanhar todas as situações e ações em matéria de Saúde, num quadro de articulação e parceria com as diferentes entidades com intervenção e atribuições neste domínio, tendo em vista contribuir para a melhoria das condições de saúde da população que reside, trabalha e estuda no concelho através da implementação de programas e projetos de educação para a saúde, dirigidos aos diferentes estratos populacionais e grupos profissionais;

b) Promover a igualdade no acesso aos cuidados primários da saúde, participando no planeamento, conceção e acompanhamento da construção de equipamentos de saúde no concelho de Odivelas;

c) Participar na definição de políticas e de ações de saúde pública levadas a cabo pelas delegações de saúde concelhias;

d) Participar, nos termos da lei, nos órgãos consultivos dos estabelecimentos integrados e de acompanhamento/avaliação do Serviço Nacional de Saúde (SNS);

e) Operacionalizar ações e atividades com ênfase na promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis e de prevenção da doença, promovendo o envolvimento dos diferentes sectores do concelho de Odivelas numa participação mais ativa em defesa da saúde da população que reside, trabalha e estuda neste território;

f) Apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde, em articulação com as estruturas e as entidades com responsabilidades na área da promoção e educação para a saúde;

g) Assegurar a implementação do Plano Estratégico Concelhio de Prevenção das Toxicodependências (PECPT) no concelho de Odivelas, assegurando as funções de gestão e coordenação da rede de parceria constituída neste âmbito e promovendo/apoiando a realização de ações, projetos e programas de intervenção enquadrados na área da Prevenção das Toxicodependências e Outros Comportamentos de Risco;

h) Instituir e assinalar anualmente o Dia Municipal da Prevenção das (Toxico) dependências e Outros Comportamentos de Risco;

i) Conceber, implementar e gerir o Plano Municipal para as Doenças Infeciosas (PMDI) no concelho de Odivelas,



em articulação com as estruturas locais, regionais, intermunicipais, nacionais e internacionais que desenvolvam trabalho nesta matéria, assegurando as funções de coordenação do grupo técnico constituído;

j) Conceber, implementar e gerir o Programa Municipal de Promoção de Sexualidade Saudável (PMPSS);

k) Implementar e gerir o Programa Saúde Sénior “Saber Envelhecer para Melhor Viver”;

l) Implementar e gerir o Programa Municipal de Prevenção das Doenças Oncológicas (PMPDO);

m) Implementar e gerir o Programa de Alimentação Saudável em Odivelas (PASO);

n) Conceber, implementar e gerir o Programa Municipal de Prevenção da Saúde Mental (PMPSM);

o) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município no âmbito da Promoção e Educação para a Saúde, incluindo a Área da Saúde Ocupacional, Higiene e Segurança dos/as trabalhadores/as municipais através da realização de campanhas/ações de sensibilização ou formação em contexto laboral;

p) Promover ações de rastreio na população do concelho de Odivelas, através de parcerias e protocolos com instituições públicas ou privadas em áreas diversas no âmbito da prevenção da doença;

q) Promover a formação/informação no âmbito da educação para a saúde junto dos diferentes estratos populacionais da comunidade;

r) Elaborar documento com a identificação dos equipamentos e serviços de saúde do Concelho, e respetivos recursos, em colaboração com as entidades que os gerem;

s) Criar e manter em funcionamento um espaço dedicado à saúde, no âmbito do qual se pretende assegurar a vigilância do estado de saúde da população autóctone e estrangeira do concelho de Odivelas nas diversas áreas de promoção e educação para a saúde;

t) Dinamizar áreas de investigação através da elaboração e/ou participação em estudos enquadrados nas áreas de intervenção desta unidade orgânica, que se prendem com a Promoção da Saúde e que contribuam para o retrato do concelho de Odivelas, em colaboração com diferentes agentes e entidades da comunidade com competência nestas matérias, incluindo instâncias de ensino superior, por via do Núcleo de Investigação e Diagnóstico (NID) constituído por elementos do GSIC;

u) Implementar protocolos de cooperação com entidades públicas e/ou privadas, no âmbito da área da Saúde;

v) Promover e articular atividades conjuntas com as entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sedeadas e/ou a desenvolver atividades no âmbito da Saúde no concelho de Odivelas e procurar apoiá-las a nível logístico.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade nos serviços sob sua superintendência;

2. A competência prevista na alínea d) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do Município;

3. A competência prevista na alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, republicado em Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual;

4. A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) e até ao limite de € 5.000,00 (cinco mil euros) relativamente a despesas de funcionamento corrente do Município com água, luz, gás, fotocopiadoras, seguros, TVCabo, CTT Comunicações e quotas de condomínio.

5. A competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;

6. A competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades, exceto:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses,



Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

7. A competência prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do do Anexo I do **RJAL**, para promover a publicação das decisões previstas no artigo 56.º do citado diploma;

8. A competência prevista na alínea a) do n.º 2 artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;

9. A competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;

10. A competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do Município e à sua conservação;

11. A competência prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para proceder aos registos prediais do património imobiliário do Município, bem como a registos de qualquer outra natureza;

12. A competência prevista na alínea l) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada;

13. A competência prevista na alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;

14. A competência prevista na alínea n) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para determinar a instrução dos processos de contraordenação e aplicar as coimas;

15. A competência prevista na alínea p) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do Município para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;

16. A competência prevista no n.º 10 do artigo 98.º do **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, que aprova o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (doravante RJUE) na redação atual, para determinar a instauração dos processos de contraordenação, designar instrutor e aplicar as coimas;

17. A competência prevista no n.º 1 do artigo 102.º-B do **RJUE**, no que concerne ao embargo de obras sem procedimento de âmbito urbanístico;

18. As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 106.º do **RJUE**, respetivamente, para ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos, sem existência de procedimento de âmbito urbanístico, fixando um prazo para o efeito, e para determinar, decorrido o referido prazo sem a ordem se mostrar cumprida, a demolição da obra ou a reposição do terreno por conta do infrator;

19. A competência prevista no n.º 2 do artigo 6.º do **Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de julho**, na redação atual, o qual adota medidas para disciplinar certas atuações na utilização dos solos e da paisagem, no que respeita à determinação da instauração dos processos de contraordenação, para designar instrutor e para aplicar coimas;

20. As competências previstas no artigo 10.º da **Lei n.º 97/88, de 17 de agosto**, na redação atual, que aprova afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda;

21. A competência prevista no n.º 5 do artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio**, na redação atual, no que respeita à aplicação de coimas e de sanções acessórias relativas ao funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, entre outros;

22. A competência prevista na segunda parte do n.º 2 do artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, no que diz respeito à aplicação de coimas no âmbito da atividade de transporte em táxi;

23. A competência prevista no artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro**, na redação atual, para a instrução de processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias, no âmbito do Regime Jurídico da Remoção, Transporte, Inumação, Exumação, Transladação e Cremação de Cadáveres;

24. A competência prevista no n.º 1 do artigo 5.º, conjugada com a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do **Decreto-Lei n.º 87/99, de 19 de março**, para a instrução dos processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias, no âmbito da angariação de receitas para fins de beneficência;

25. A competência prevista no artigo 88.º do Código do Procedimento e Processo Tributário, atento o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do **Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro**, que o aprova, para promover a extração e assinatura das certidões de dívida referentes à cobrança coerciva de taxas devidas, no âmbito do artigo 3.º da Lei



n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, ou de outras receitas municipais, suscetíveis de cobrança em sede de execução fiscal, que não sejam pagas pelos respetivos sujeitos passivos nos prazos legais ou regularmente estabelecidos;

26. As competências previstas na segunda parte do artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**, na redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis, para a aplicação das coimas e das sanções acessórias;

27. A competência prevista no n.º 3 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 23.º do **Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na redação atual, diploma que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos;

28. As competências previstas no **Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**, nomeadamente a prevista no n.º 2 do artigo 50.º, relativamente à decisão de instauração de processos de contraordenação e à aplicação de coimas e das sanções acessórias, não sendo subdelegáveis as competências de aplicação de coimas e sanções acessórias;

29. As competências previstas no artigo 14.º do **Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro**, na redação atual, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, na redação atual, no que concerne à instrução de processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias;

30. A competência prevista no n.º 5 do artigo 14.º do **Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro**, para a instauração de processos de contraordenação, designar instrutor e aplicar coimas, no âmbito da instalação e funcionamento das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios;

31. A competência prevista no n.º 1 do artigo 19.º do **Decreto-Lei n.º 313/2003, de 17 de dezembro**, no que concerne à aplicação de coimas por violação das normas aplicáveis à identificação de cães e gatos;

32. A competência prevista no n.º 6 do artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 160/2006, de 8 de agosto**, que aprova os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração, para aplicação de coimas;

33. As competências previstas nos artigos 59.º e 60.º do **Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, relativamente à instrução de processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias ainda no âmbito do Regime de Exercício da Atividade

Industrial (REAI), quando aplicável o regime anteriormente vigente;

34. A competência prevista no n.º 3 do artigo 26.º do **Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na redação atual, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;

35. As competências previstas na segunda parte do n.º 4 do artigo 28.º do **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril**, na redação atual, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa da iniciativa “Licenciamento Zero”;

36. As competências previstas na segunda parte do n.º 2 do artigo 77.º do **Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto**, o qual aprovou o Sistema de Indústria Responsável e regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema, no que concerne às áreas sob a sua superintendência;

37. As competências previstas no artigo 7.º, na segunda parte do n.º 1 do artigo 8.º, e nos artigos 11.º e 12.º da **Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestrutura;

38. A competência prevista no n.º 2 do artigo 146.º do **Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprovou o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, para aplicação de respetivas coimas e sanções acessórias;

39. O poder conferido através do n.º 1 do artigo 37.º da **Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade de Guarda-Noturno, relativo ao processo contraordenacional;

40. A competência para a instrução dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas e sanções acessórias prevista na legislação em vigor, sem a faculdade de subdelegar no que concerne à aplicação das coimas e sanções acessórias;

41. As competências previstas no n.º 2 do artigo 15.º do **Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais**, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.



III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao **RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação da Presidente da Câmara Municipal;
2. A competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao **RJAL**, para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a RMMG;
3. A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao **RJAL**, para alienar em hasta pública, independentemente de autorização da Assembleia Municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções;
4. A competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, a exercer nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;
5. A competência prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
6. A competência prevista na alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para alienar bens móveis;
7. A competência prevista na alínea kk) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para declarar prescritos a favor do Município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
8. A competência prevista na alínea nn) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

9. A competência prevista na alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para administrar o domínio público municipal;

10. A competência prevista na alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;

11. A competência prevista na alínea uu) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do Município;

12. A competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 39.º do anexo I do **RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade;

13. As competências previstas na primeira parte do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, na sua redação atual, que se aplica aos transportes públicos de aluguer em veículos de automóveis ligeiros de passageiros, designados por transportes em táxi;

14. As competências previstas no n.º 1 do artigo 25.º, primeira parte do artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**, na sua redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis;

15. As competências previstas no n.º 1 do artigo 23.º do **Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na sua redação atual, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos;

16. As competências previstas no n.º 1 do artigo 50.º do **Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;

17. A competência prevista no n.º 4 do artigo 21.º e alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da **Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro**, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos;

18. As competências previstas na alínea a) do n.º 5 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º da **Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro**, relativa à lei da água;

19. As competências previstas no n.º 4 do artigo 10.º, nos artigos 14.º, 15.º, 16.º, 21.º, 24.º, 37.º, no n.º 1 e alínea a) do n.º 3 do artigo 40.º do **Decreto-Lei n.º 124/2006, de**



28 de junho, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, na redação atual;

20. A competência prevista na alínea a) n.º 1 do artigo 4.º e todas as competências com ela conexada, do **Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho**, na redação atual, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente;

21. A competência previstas no artigo 66.º, no artigo 68.º e n.º 1 do artigo 70.º do **Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro**, na sua redação atual, que estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos;

22. As competências previstas no n.º 2 do artigo 5.º, nos artigos 7.º, 26.º, 27.º, 29.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º do **Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro**, na sua atual redação, que aprova o Regulamento Geral do Ruído;

23. As competências previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 126.º do **Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto**, na sua redação atual, que estabelece as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais;

24. A competência prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º, no artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º do **Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março**, na sua redação atual, o qual estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas (RCD);

25. As competências previstas na alínea c) do artigo 8.º, no n.º 3 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 45.º do **Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho**, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;

26. As competências previstas no artigo 59.º do **Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial – REAI, nos casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora, disposições aplicáveis por força da norma transitória contida no artigo 9.º do **Decreto-Lei n.º 169/2012, de 25 de março**, que aprovou o Sistema da Indústria Responsável (SIR), bem como as competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do **SIR**, e ainda, nos demais casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora no âmbito do SIR;

27. As competências previstas no n.º 2 do artigo 30.º, no n.º 2 do artigo 33.º e no n.º 1 do artigo 34.º do **Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio**, na sua redação atual, que estabelece o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas;

28. As competências previstas no artigo 28.º do **Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na sua redação atual, o qual estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;

29. As competências previstas nos artigos 25.º, 26.º e no n.º 4 do artigo 28.º do **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril**, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

30. As competências previstas na primeira parte do n.º 1 do artigo 8.º da **Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas;

31. As competências previstas na alínea a) do artigo 6.º do **Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro**, o qual estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente;

32. As competências previstas no n.º 1 do artigo 146.º do **Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo;

33. As competências previstas no n.º 2 do artigo 37.º da **Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, diploma que estabelece o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno;

34. A competência conferida no n.º 1 do artigo 158.º do **Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais**, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo ao pagamento em prestações, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade;

35. A competência para a instrução dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas e sanções acessórias prevista em legislação e regulamentação em vigor;

36. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Camaras Municipais, que me foram delegadas, nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.



IV

O órgão delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado ou subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação, total ou parcial, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

O delegante e/ou subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, o delegado/subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data e revoga o Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro.

Odivelas, 12 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 07/PRES/2018

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;

2. Mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, foi instalado o novo executivo municipal e realizada a sua primeira reunião camarária na presente data, na qual foi aprovada a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara;

3. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);

4. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;

I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º, ambos do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º do CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal** através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada a 30 de outubro de 2017, **com faculdade de subdelegar, salvo disposição em contrário, na Senhora Vereadora ANA SUSANA OLIVEIRA DOS SANTOS.**

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCATIVA, JUVENTUDE, CULTURA E AMBIENTE, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, PATRIMÓNIO CULTURAL E BIBLIOTECAS, DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

- DIVISÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL E PROJETOS EDUCATIVOS:

a) Assegurar a participação do Município nas ações levadas a cabo pela Associação Internacional das Cidades Educadoras, dentro de um contexto mais vasto da implementação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras no Concelho;

b) Assegurar, nos termos da lei, a representação do Município, no Conselho Geral, órgão de direção estratégica, dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Município de Odivelas, promovendo o desenvolvimento e consolidação da autonomia das escolas;



- c) Promover e acompanhar todas as situações e ações em matéria de Educação, num quadro de articulação e parceria com as diferentes entidades com intervenção e atribuições nesta área;
- d) Contribuir para a melhoria qualitativa da Educação, através da implementação de programas, projetos e ações de formação e sensibilização no âmbito da prevenção e segurança, nomeadamente no domínio da educação rodoviária, destinados aos diferentes níveis de ensino;
- e) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores, no âmbito da educação extracurricular, promovendo e dinamizando programas, projetos e ações complementares de ação educativa, com vista ao desenvolvimento pessoal, social, e cultural das crianças e jovens;
- f) Promover a sensibilização de crianças, jovens, famílias e comunidade, no âmbito da educação para a saúde, nomeadamente no domínio da alimentação saudável, através da gestão e implementação de programas, projetos e ações de promoção de hábitos alimentares saudáveis;
- g) Gestão e dinamização do Programa de Educação Física e Desportiva na Escola em colaboração com a Comunidade Educativa e com as entidades diretamente relacionadas, na promoção de projetos de desenvolvimento físico-motor nos estabelecimentos educativos e em ações de divulgação lúdico e desportiva junto da comunidade educativa;
- h) Promover ações conducentes à difusão massiva das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo educativo;
- i) Promover e apoiar programas e projetos de Educação Inclusiva, adequados às crianças e jovens com necessidades educativas especiais a frequentarem estabelecimentos de ensino do concelho;
- j) Coordenar, monitorizar e programar as atividades a desenvolver, que visa a reabilitação física e a integração social de alunos com Necessidades Educativas Especiais, nomeadamente no âmbito do Projeto de Hipoterapia;
- k) Fomentar a articulação entre os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, privada e solidária, com vista à complementaridade e sustentabilidade das ofertas educativas;
- l) Apoiar planos de atividades das escolas no âmbito de ações socioeducativas, projetos educacionais e de intercâmbio escolar, em articulação com as unidades orgânicas competentes;
- m) Promover em articulação com instituições, entidades da sociedade civil e comunidade educativa local, projetos e ações de formação/informação de complementaridade educativa, dirigidos aos alunos dos diferentes níveis de ensino, no âmbito da promoção da educação para a cidadania;
- n) Promover o contacto com o mundo rural, a valorização e preservação da natureza e do meio ambiente, nomeadamente através da gestão do Programa Do Urbano ao Rural;
- o) Prosseguir o apoio às crianças e suas famílias, desenvolvendo programas de apoio específicos para o efeito, nomeadamente através da gestão do Cartão OdiKid's;
- p) Colaborar com a Comunidade Educativa em Projetos e iniciativas que potenciem a função sócio – educativa da Escola, a promoção da qualidade das aprendizagens e o combate ao abandono escolar precoce e à exclusão social;
- q) Dinamizar áreas de investigação/ação, mediante elaboração de estudos promovidos pelo Observatório da Qualidade e Sucesso Educativo no Município de Odivelas, em parceria com estabelecimentos de ensino públicos e privados, entidades sem fins lucrativos, universidades e tecido social, cultural e económico local;
- r) Apoiar as escolas, nomeadamente os serviços de apoio à aprendizagem, ao nível da articulação com a rede local, designadamente centros de saúde, hospitais, segurança social, CPCJ e outros que proporcionem respostas complementares às necessidades dos alunos e suas famílias;
- s) Proceder à avaliação diagnóstica dos alunos com fatores de risco escolar, emocional, social e vocacional, geradores de insucesso e abandono escolar e elaborar planos de intervenção, acompanhamento e encaminhamento dos mesmos;
- t) Promover e desenvolver competências parentais junto dos pais e encarregados de educação, através de intervenções individuais e/ou em grupo, tendo em vista uma participação ativa destes no processo educativo e consequente melhoria do rendimento escolar dos seus educandos;
- u) Identificar problemáticas e necessidades específicas em conjunto com a comunidade educativa, visando respostas mais qualificantes e inovadoras, estabelecendo interação com os domínios científico-pedagógicos na área da educação, através promoção e desenvolvimento de ações de formação, espaços de debate e de intercâmbio de experiências educativas, direcionados a toda a comunidade escolar, abordando problemáticas, como a indisciplina, a gestão de conflitos, o bullying, a gestão comportamental, o insucesso escolar, o abandono precoce da escola e métodos de estudo;



- v) Fomentar a articulação entre os estabelecimentos de ensino da rede pública, privada e solidária, com vista à complementaridade e sustentabilidade das ofertas educativas e formativas;
- w) Promover e apoiar iniciativas dos Agentes Educativos Locais, conducentes ao desenvolvimento da ligação da Escola à Formação e Inserção Profissional e cooperar com outros serviços, organismos e entidades, públicas e privadas, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação e formação profissional, bem como da ligação da escola ao tecido económico e empresarial local;
- x) Promover medidas de reconhecimento de boas práticas sociopedagógicas desenvolvidas pelos estabelecimentos de educação e ensino e, valorizar o sucesso educativo dos alunos, mediante a atribuição de prémios de reconhecimento e mérito;
- y) Apoiar a conceção e implementação de estratégias, programas e iniciativas de intervenção precoce, com vista à prevenção de comportamentos de risco;
- z) Definir políticas, estratégias e iniciativas de qualificação dos tempos livres dos munícipes, numa ótica de desenvolvimento social e de prevenção de situações de risco, potenciando e articulando as dimensões psico-emocional, familiar, social e cultural;
- aa) Criar condições para a implementação da educação formal e não formal ao longo da vida, em domínios como as línguas e literacia digital, entre outros, através da realização de parcerias com estabelecimentos de ensino e outras entidades e do apoio à dinamização da Universidade Sénior de Odivelas;
- bb) Elaborar e manter atualizada a carta social de equipamentos e serviços como instrumento de planeamento da intervenção municipal na área da Ação social;
- cc) Operacionalizar o Programa da Rede Social no Concelho e assegurar o respetivo acompanhamento técnico e administrativo, tendo em vista o cumprimento dos princípios e objetivos deste programa;
- dd) Participar na conceção, elaboração e monitorização do Diagnóstico Social;
- ee) Promover uma plataforma de participação de entidades públicas, privadas e de solidariedade, dinamizando e apoiando a criação e funcionamento de parcerias locais;
- ff) Promover e dinamizar o atendimento social aos munícipes com vista a uma intervenção integrada no âmbito das várias problemáticas sociais;
- gg) Assegurar a participação e integração do Município em redes locais, regionais, nacionais e transnacionais, comissões de acompanhamento, conselhos consultivos ou qualquer outra estrutura que permita captar recursos para a intervenção social;
- hh) Promover a qualidade de vida, inclusão e participação na sociedade civil das pessoas idosas de acordo com os princípios da Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas;
- ii) Promover a construção e gestão de equipamentos sociais em parceria com as entidades sociais;
- jj) Assegurar e dinamizar o Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- kk) Assegurar e dinamizar respostas sociais solidárias complementares à intervenção e emergência na área social, nomeadamente a “Loja Social”;
- ll) Promover políticas/projetos/iniciativas e apoiar programas integrados de ação social, em parceria com as entidades sociais, visando a inclusão social dos grupos sociais mais desfavorecidos;
- mm) Incentivar e promover a criação de estruturas e atividades de apoio aos grupos socialmente vulneráveis, com especial incidência nas zonas sujeitas a processos sociais mais complexos;
- nn) Apoiar as entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sedeadas e/ou a desenvolver atividades de intervenção social no Concelho de Odivelas, designadamente, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais (ONG’s);
- oo) Executar medidas de política social destinadas a grupos sociais específicos, nomeadamente de prevenção e apoio à maternidade precoce, à infância, terceira idade, deficiência, sem-abrigo entre outros;
- pp) Prevenção, intervenção e acompanhamento de situações de pobreza e exclusão social, mobilizando recursos existentes na comunidade e/ou atribuindo o apoio pontual previsto no âmbito do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas;
- qq) Promover campanhas de sensibilização e realizar ações de formação e informação em temáticas específicas na área da intervenção social e do envelhecimento ativo de qualidade;
- rr) Articular/colaborar com as estruturas locais de apoio às crianças e jovens em situação de risco e/ou outros grupos em situação de vulnerabilidade, através da participação ativa na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e promover condições para a criação e funcionamento de um centro de emergência social;



ss) Dinamizar o Banco Local de Voluntariado (BLV), promovendo a participação cívica dos indivíduos nas atividades das instituições/entidades do Concelho, com vista a uma sociedade mais justa e solidária;

tt) Dinamizar a cidadania e a participação das pessoas com deficiência, nomeadamente através do apoio técnico no âmbito do Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD);

uu) Prosseguir o apoio aos munícipes seniores, desenvolvendo programas de apoio específicos para o efeito, nomeadamente através da gestão do Cartão Sénior;

vv) Dinamização de atividades e programas de combate ao isolamento e promoção do envelhecimento ativo, em colaboração com as IPSS e Centros de Dia do Concelho, com respostas sociais de apoio à população idosa, nomeadamente através da dinamização de atividades intergeracionais e do Programa Canta e Encanta;

ww) Assegurar dinamização do Projeto “Banda Maior” e Teatro Sénior, como projetos inovadores na área da promoção do envelhecimento ativo;

xx) Prosseguir o apoio social aos trabalhadores da autarquia e suas famílias, desenvolvendo programas de apoio específicos para o efeito, nomeadamente através da gestão do Cartão+;

yy) Promover ações de natureza social e cultural para os trabalhadores do município em articulação com outras unidades orgânicas e/ou entidades externas.

- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO:

a) Participar na conceção e planeamento do sistema educativo local, designadamente, na monitorização e revisão da Carta Educativa do Município em articulação com os serviços municipais, na dinamização do Conselho Municipal de Educação e na definição anual da rede educativa local em articulação com o serviço competente da Administração Central;

b) Assegurar, nos termos da lei, a representação do Município, no Conselho Geral, órgão de direção estratégica, dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Município de Odivelas, promovendo o desenvolvimento e consolidação da autonomia das escolas;

c) Participar no planeamento e programação das novas construções escolares no que diz respeito às escolas de todos os níveis de ensino da rede pública, em articulação com os serviços municipais, com o serviço competente da Administração Central e com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;

d) Participar na monitorização e definição de prioridades de intervenção ao nível da requalificação, ampliação e

manutenção, no que diz respeito às escolas do ensino básico e aos jardins-de-infância da rede pública, em articulação com os serviços municipais competentes;

e) Assegurar a gestão das escolas do ensino básico e dos jardins-de-infância da rede pública, designadamente quanto à renovação e requalificação, do mobiliário e equipamento escolar, assim como, a atribuição de verbas para adquirir material didático, e para fazer face a despesas de funcionamento corrente;

f) Executar ações no âmbito da ação social escolar, designadamente, a aquisição de manuais escolares e implementação de bolsa de empréstimo aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, a atribuição de verbas para material escolar aos alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico, a atribuição de tecnologias de apoio aos alunos carenciados com necessidades educativas especiais do 1.º ciclo do ensino básico, a comparticipação no custo das refeições dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;

g) Assegurar a gestão dos refeitórios escolares dos jardins-de-infância e das escolas do ensino básico;

h) Assegurar a colocação e a gestão do pessoal não docente do pré-escolar e do ensino básico em articulação com os serviços municipais e os órgãos de direção dos agrupamentos de escolas;

i) Assegurar a gestão dos Transportes Escolares, de acordo com a legislação em vigor;

j) Assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e as AAAP – Atividades de Animação e Apoio à Família nos jardins-de-infância;

k) Desenvolver ações conducentes à celebração de Acordos de Colaboração e Cooperação com diferentes Instituições Educativas e outras entidades consideradas de interesse para a promoção de um sistema educativo mais qualificado;

l) Implementar e prestar apoio às bibliotecas escolares nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico do Concelho de Odivelas;

m) Assegurar o funcionamento do Serviço Municipal de Transportes Especiais (SMTE) dirigido à população deficiente, desde que se encontrem a frequentar um estabelecimento de ensino e/ou uma Instituição de Deficiência.

2. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, HABITAÇÃO E TRANSPORTES, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E ESPAÇOS URBANOS E DIVISÃO DE TRANSPORTES E OFICINAS



- DIVISÃO DE HABITAÇÃO:

- a) Programar, executar e assegurar a execução de projetos de edifícios habitacionais de custos controlados, infraestruturas, equipamentos e arranjos exteriores no âmbito de empreendimentos de habitação social;
- b) Promover a cooperação técnica com entidades exteriores à Câmara com quem esta estabeleça parcerias no âmbito da promoção e requalificação de empreendimentos de habitação de custos controlados;
- c) Promover, em articulação com a Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes, com o Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral e de acordo com o previsto no Plano Diretor Municipal a constituição de uma bolsa de terrenos, com vista à promoção da construção de empreendimentos habitacionais de âmbito social;
- d) Desenvolver estudos urbanísticos com vista à promoção de habitação de custos controlados, em coordenação com os serviços municipais competentes e propor a implantação e volumetria, caracterização urbana e inserção na rede viária envolvente;
- e) Assegurar a execução das políticas municipais de habitação no âmbito da reabilitação, manutenção e conservação do parque habitacional municipal;
- f) Promover todas as diligências e procedimentos necessários à reabilitação/requalificação do parque habitacional degradado do concelho, com exceção dos procedimentos relativos às empreitadas, no âmbito de planos e programas de reabilitação existentes ou a criar;
- g) Determinar, no âmbito desses programas, a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou salubridade das habitações, precedidas de vistoria e desencadear e implementar o processo de obras coercivas nas mesmas, de acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;
- h) Assegurar a gestão social dos núcleos de alojamento provisório e das áreas abrangidas por programas de realojamento, promovendo a implementação de políticas, programas e projetos de intervenção comunitária;
- i) Assegurar o recenseamento das famílias residentes em alojamentos precários, incluídos em programas e/ou operações de realojamento;
- j) Promover a realização de estudos com vista à avaliação das condições sócio habitacionais das famílias residentes no parque habitacional municipal e nos núcleos de construções precárias sob a sua responsabilidade;
- k) Desenvolver as ações necessárias ao realojamento das famílias incluídas em programas com esse objetivo;

- l) Acompanhar e apoiar os agregados familiares recenseados no âmbito do PER nas fases pré e pós realojamento;
 - m) Assegurar a gestão do parque habitacional que lhe esteja confiado;
 - n) Promover a participação e inserção social dos moradores dos bairros sob sua gestão;
 - o) Efetuar o atendimento e acompanhamento dos munícipes, no âmbito das carências habitacionais e propor medidas adequadas para a resolução dos problemas identificados;
 - p) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores à Câmara no contexto do acompanhamento de casos sociais específicos, cuja problemática inclua a habitação;
 - q) Implementar os Protocolos de Cooperação que venham a ser celebrados pela Câmara com entidades públicas e/ou privadas no contexto da intervenção social e comunitária em bairros municipais e áreas de alojamento provisório sob a sua gestão;
 - r) Coordenar o funcionamento dos Gabinetes de Intervenção Social já existentes e os que venham a ser criados, na ótica de descentralização dos serviços de atendimento e intervenção social no âmbito das suas competências;
 - s) Assegurar a não proliferação de novas construções precárias para fins habitacionais bem como prevenir/impedir ocupações ilegais quer em núcleos de alojamentos precários quer no contexto do parque habitacional municipal.
- 3. GABINETE DE SAÚDE, IGUALDADE E CIDADANIA (COM EXCLUSÃO DA ÁREA DA SAÚDE)**
- a) Promover os compromissos expressos na Carta Europeia para a Igualdade entre Homens e Mulheres na vida local;
 - b) Assegurar a participação nos grupos de trabalho das autarquias e da igualdade de género da Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações (RSO PT);
 - c) Instituir e assinalar o Dia Municipal da Igualdade e Cidadania;
 - d) Acompanhar a execução das medidas de política local na perspetiva da igualdade de género, cidadania e não – discriminação, promover formação dirigida aos/às trabalhadores/as, agentes da comunidade e população em geral e conceber programas/projetos/ações conducentes à promoção da igualdade de género, em colaboração com



outras entidades de âmbito local, regional, intermunicipal, nacional e/ou internacional;

e) Sensibilizar para a utilização da linguagem e imagens inclusivas em todos os processos de comunicação interna e externa do Município;

f) Promover e gerir o Protocolo de Cooperação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis do Concelho de Odivelas;

g) Assegurar a execução do Protocolo de Cooperação celebrada com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;

h) Contribuir para a definição de políticas de prevenção e de combate a todas as formas de violência, conceber programas/projetos/ações em colaboração com outras entidades e acompanhar a execução das medidas de política local na prevenção de todas as formas de violência e de tráfico de seres humanos e promover formação dirigida aos/às trabalhadores/as, agentes da comunidade e população em geral;

i) e) Participar nas atividades/ações promovidas pela Rede de Municípios Amigos da Diversidade (RMAD);

j) Implementar projetos e atividades que promovam a integração, o respeito pela diversidade cultural e religiosa, a mediação e a educação interculturais, os direitos das minorias étnicas, das pessoas refugiadas e da população imigrante, divulgar junto da população imigrante as ações de formação em competências básicas e língua portuguesa lecionadas gratuitamente pelas escolas parceiras da autarquia e promover o acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa;

k) Intervenção e acompanhamento de imigrantes em situação irregular e/ou situação de vulnerabilidade social e encaminhamento para as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais mais adequadas;

l) Dinamizar áreas de investigação através da elaboração e/ou participação em estudos enquadrados nas áreas de intervenção desta unidade orgânica, que se prendem com a Promoção da Igualdade e Cidadania e que contribuam para o retrato do concelho de Odivelas, em colaboração com diferentes agentes e entidades da comunidade com competência nestas matérias, incluindo instâncias de ensino superior, por via do Núcleo de Investigação e Diagnóstico (NID) constituído por elementos do GSIC;

m) Implementar protocolos de cooperação com entidades públicas e/ou privadas, no âmbito das áreas da Igualdade e Cidadania;

n) Promover e articular atividades conjuntas com as entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas,

sedeadas e/ou a desenvolver atividades no âmbito da Igualdade e Cidadania no concelho de Odivelas e procurar apoiá-las a nível logístico.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob sua superintendência;

2. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € **2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, republicado em Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual;

3. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € **2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**;

4. A competência prevista na **alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;

5. A competência prevista na **alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, exceto:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

6. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º do citado diploma;



7. A competência prevista na **alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades e subunidade orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;

8. A competência prevista na **alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;

9. A competência prevista na **alínea d) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação;

10. A competência prevista na **alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;

11. A competência prevista no n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;

2. A competência prevista na **alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;

3. A competência prevista na **alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

4. A competência prevista na **alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

5. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do Artigo 39.º do Anexo I ao RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal.

6. Os poderes conferidos **pelos artigos 4.º, 5.º, 9.º, 10.º, 11.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 22.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio**, que aprova o Regime Jurídico do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, na sua redação atual, relativo à demolição de barracas, registo e realojamento.

7. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Câmaras Municipais, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

8. A competência prevista na **alínea q) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL**, para assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade.

IV

1. O delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a delegada ou subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. O delegante/subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, a delegada/subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente Despacho produz efeitos a partir da presente data e revoga o Despacho n.º 41/PRES/2017, de 30 de outubro.



Odivelas, 12 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 08/PRES/2018

Assunto: Designação de Cristina Maria França Pedroso Saraiva como Coordenadora do Gabinete de Saúde Igualdade e Cidadania, na área da Saúde

Considerando:

- Que a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se, entre outros, pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado;

- A estrutura orgânica flexível da Câmara Municipal de Odivelas, aprovada na 5ª reunião de Câmara, de 11 de março de 2015, alterada e republicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, Ano VI, n.º 5, de 27 de março de 2015, prevê, no artigo 27º, o Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania;

- Que o referido Gabinete tem, entre outras, as seguintes funções:

1. Promover e acompanhar todas as situações e ações em matéria de Saúde, num quadro de articulação e parceria com as diferentes entidades com intervenção e atribuições neste domínio, tendo em vista contribuir para a melhoria das condições de saúde da população que reside, trabalha e estuda no concelho através da implementação de programas e projetos de educação para a saúde, dirigidos aos diferentes estratos populacionais e grupos profissionais;

2. Promover a igualdade no acesso aos cuidados primários da saúde, participando no planeamento, conceção e acompanhamento da construção de equipamentos de saúde no concelho de Odivelas;

3. Participar na definição de políticas e de ações de saúde pública levadas a cabo pelas delegações de saúde concelhias;

4. Participar, nos termos da lei, nos órgãos consultivos dos estabelecimentos integrados e de acompanhamento / avaliação do Serviço Nacional de Saúde (SNS);

5. Operacionalizar ações e atividades com ênfase na promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis e de prevenção da doença, promovendo o envolvimento dos

diferentes sectores do concelho de Odivelas numa participação mais ativa em defesa da saúde da população que reside, trabalha e estuda neste território;

6. Apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde, em articulação com as estruturas e as entidades com responsabilidades na área da promoção e educação para a saúde;

7. Assegurar a implementação do Plano Estratégico Concelhio de Prevenção das Toxicodependências (PECPT) no concelho de Odivelas, assegurando as funções de gestão e coordenação da rede de parceria constituída neste âmbito e promovendo/apoiando a realização de ações, projetos e programas de intervenção enquadrados na área da Prevenção das Toxicodependências e Outros Comportamentos de Risco;

8. Instituir e assinalar anualmente o Dia Municipal da Prevenção das (Toxico) dependências e Outros Comportamentos de Risco;

9. Conceber, implementar e gerir o Plano Municipal para as Doenças Infeciosas (PMDI) no concelho de Odivelas, em articulação com as estruturas locais, regionais, intermunicipais, nacionais e internacionais que desenvolvam trabalho nesta matéria, assegurando as funções de coordenação do grupo técnico constituído;

10. Conceber, implementar e gerir o Programa Municipal de Promoção de Sexualidade Saudável (PMPSS);

11. Implementar e gerir o Programa Saúde Sénior “Saber Envelhecer para Melhor Viver”;

12. Implementar e gerir o Programa Municipal de Prevenção das Doenças Oncológicas (PMPDO);

13. Implementar e gerir o Programa de Alimentação Saudável em Odivelas (PASO);

14. Conceber, implementar e gerir o Programa Municipal de Prevenção da Saúde Mental (PMPSM);

15. Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município no âmbito da Promoção e Educação para a Saúde, incluindo a Área da Saúde Ocupacional, Higiene e Segurança dos/as trabalhadores/as municipais através da realização de campanhas/ações de sensibilização ou formação em contexto laboral;

16. Promover ações de rastreio na população do concelho de Odivelas, através de parcerias e protocolos com instituições públicas ou privadas em áreas diversas no âmbito da prevenção da doença;



17. Promover a formação/informação no âmbito da educação para a saúde junto dos diferentes estratos populacionais da comunidade;

18. Elaborar documento com a identificação dos equipamentos e serviços de saúde do Concelho, e respetivos recursos, em colaboração com as entidades que os gerem;

19. Criar e manter em funcionamento um espaço dedicado à saúde, no âmbito do qual se pretende assegurar a vigilância do estado de saúde da população autóctone e estrangeira do concelho de Odivelas nas diversas áreas de promoção e educação para a saúde;

20. Dinamizar áreas de investigação através da elaboração e/ou participação em estudos enquadrados nas áreas de intervenção desta unidade orgânica, que se prendem com a Promoção da Saúde e que contribuam para o retrato do concelho de Odivelas, em colaboração com diferentes agentes e entidades da comunidade com competência nestas matérias, incluindo instâncias de ensino superior, por via do Núcleo de Investigação e Diagnóstico (NID) constituído por elementos do GSIC;

21. Implementar protocolos de cooperação com entidades públicas e/ou privadas, no âmbito da área da Saúde;

22. Promover e articular atividades conjuntas com as entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sedeadas e/ou a desenvolver atividades no âmbito da Saúde no concelho de Odivelas e procurar apoiá-las a nível logístico.

- Que se verifica a necessidade de proceder a uma nova orientação na coordenação daquela unidade orgânica;

- Que o exercício de funções de coordenação da referida unidade orgânica exige alguém que possua conhecimentos adequados e experiência profissional consolidada.

Designo, ao abrigo da alínea a) do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Técnica Superior do Mapa de Pessoal deste Município, **Cristina Maria França Pedroso Saraiva, como Coordenadora do Gabinete de Saúde Igualdade e Cidadania, na área da Saúde.**

O presente Despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 12 de janeiro de 2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 10/PRES/2018

Assunto: Delegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na Chefia do Gabinete da Presidência, Angelina Maria Pereira, no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa

Na sequência do Despacho n.º 01/GCMA/2018, e porque o coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, Dr. Luis Miguel Soares Silveiro, se encontra temporariamente impedido, por motivos de saúde, de exercer as competências que lhe foram conferidas pelo Despacho n.º 03/PRES/2018, de 3 de janeiro, delego na Sra. Chefe do Gabinete da Presidência, Mestre Angelina Maria Pereira, transitoriamente, e até ao regresso ao serviço do Sr. Coordenador, as competências elencadas no despacho 03/PRES/2018, à exceção das já subdelegadas no Despacho n.º 01/GCMA/2018, de 15 de janeiro.

Odivelas, 15 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

VEREACÃO

DESPACHO N.º 01/VEV/2018

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO AO VEREADOR EDGAR VALLES, RICARDO JOEL SOARES OLIVEIRA

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 50º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente Despacho, **subdelego, no Adjunto, Ricardo Joel Soares Oliveira**, o exercício, durante o meu período de férias, de 30 de janeiro a 6 de fevereiro de 2018, das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência.



Odivelas, 11 de janeiro de 2018.

Por Delegação e Subdelegação de Competências do
Sr. Presidente da CMO, através do
Despacho n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro
O Vereador

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 02/VEV/2018

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO
ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO AO VEREADOR EDGAR
VALLES, RICARDO JOEL SOARES OLIVEIRA

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, no Adjunto, Ricardo Joel Soares Oliveira**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade da Divisão de Ambiente e da Divisão de Jurídica e de Fiscalização Municipal;

2. A competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35º do mesmo diploma de assinar ou visar correspondência de mero expediente da Divisão de Ambiente e da Divisão de Jurídica e de Fiscalização Municipal com destino a quaisquer entidades, exceto:

a. A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b. A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

3. Verificar a assiduidade do pessoal afeto ao meu Gabinete de Apoio Pessoal;

4. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de promover todas as ações necessárias à administração corrente do Património Municipal afeto à Divisão de Ambiente e à Divisão de Jurídica e de Fiscalização Municipal;

5. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33º do diploma citado, para executar as opções do plano e orçamento aprovados, a exercer na área da Divisão de Ambiente e da Divisão de Jurídica e de Fiscalização Municipal;

6. A competência prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para promover a publicação das decisões previstas no artigo 56º do citado diploma.

Este despacho produz efeitos a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 16 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Sr. Presidente da
CMO, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 03/VEV/2018

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO
SECRETÁRIO DO GABINETE DE APOIO AO VEREADOR
EDGAR VALLES, JORGE DANIEL SOUSA MOREIRA DA SILVA

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, no Secretário, Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania;



2. A competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35º do mesmo diploma de assinar ou visar correspondência de mero expediente do Gabinete de Saúde e Igualdade e Cidadania, com destino a quaisquer entidades, exceto:

a. A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou Titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b. A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

3. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de promover todas as ações necessárias à administração corrente do Património Municipal afeto ao Gabinete de Saúde e Igualdade e Cidadania;

4. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33º do diploma citado, para executar as opções do plano e orçamento aprovados, a exercer na área do Gabinete de Saúde e Igualdade e Cidadania;

5. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea q) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade.

Este despacho produz efeitos a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 16 janeiro de 2018

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Sr. Presidente da CMO, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 04/VEV/2018

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar S. Valles no Diretor Municipal, Hernâni Silvino Vilela Boaventura

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente Despacho, **subdelego no Senhor Diretor Municipal, HERNÂNI SILVINO VILELA BOAVENTURA**, Licenciado em Direito, o exercício da competência abaixo indicada, que me foi delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, que será exercida no âmbito do Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, nos seguintes termos e limites:

1. A competência prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I do RJAL, para proceder aos registos prediais do património imobiliário do Município, bem como a registos de qualquer outra natureza.

A competência agora subdelegada poderá ser revogada a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente Despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício da competência subdelegada, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Este despacho produz efeitos a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 16 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles



DESPACHO N.º 05/VEV/2018

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles, no Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial, João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego**, pelo presente Despacho, **no Senhor Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira Patrimonial, João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano**, Licenciado em Direito, o exercício das competências abaixo indicadas, que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, que serão exercidas no âmbito do **Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais**, nos seguintes termos e limites:

I

1. Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 38º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para determinar a instrução de processos de contraordenação e designar o respetivo instrutor;

2. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

3. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/n.ºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações

solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Este despacho produz efeitos a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 16 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Sr. Presidente da CMO, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro,

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 06/VEV/2018

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles na Diretora do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente, Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do artigo 38º do Anexo I Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente Despacho, **subdelego, na Diretora do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente, Regina Sofia de Brito e Silva dos Anjos Lopes Meneses**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, e **que serão exercidas no âmbito da Divisão de Gestão Ambiental**:

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/n.ºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado



abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Este despacho produz efeitos a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 16 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Sr. Presidente da CMO, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 07/VEV/2018

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles na Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas, Helena Fernanda Teixeira Morais do Nascimento Jardim

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, na Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas, Helena Fernanda Teixeira Morais do Nascimento Jardim**, o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, e que serão exercidas no âmbito da respetiva unidade orgânica:

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/n.ºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Este despacho produz efeitos a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 16 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Sr. Presidente da CMO, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 08/VEV/2018

Assunto: Despacho de Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles, na Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, Elisabete Lucas

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, na Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, Elisabete Lucas**, as competências abaixo indicadas, que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da CMO, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, que serão exercidas no âmbito da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, com exclusão das subunidades respeitantes ao Setor de Notariado, à Secção de Contraordenações e Execuções Fiscais, bem como ao Setor Técnico-Jurídico, nos seguintes termos e limites:

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;



2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/n.ºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Este despacho produz efeitos a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 16 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Sr. Presidente da CMO, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 09/VEV/2018

Assunto: Subdelegação de Competências do Vereador Edgar Valles, no Coordenador do Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, Joaquim Fernando Constantino Coelho

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 49º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente despacho, **subdelego, no Coordenador do Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, Joaquim Fernando Constantino Coelho** o exercício das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, e que serão exercidas no âmbito da respetiva unidade orgânica:

1. A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

2. A competência, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 38º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das situações previstas no artigo 206º/n.ºs 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

3. A competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para praticar os atos necessários à administração corrente do património municipal e à sua conservação,

4. A competência prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para proceder aos registos prediais do património imobiliário do Município, bem como registos de qualquer outra natureza.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, tal como, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Este despacho produz efeitos a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 16 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por Delegação e Subdelegação de Competências do Sr. Presidente da CMO, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles



DESPACHO N.º 10/VEV/2018

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO AO VEREADOR EDGAR VALLES, RICARDO JOEL SOARES OLIVEIRA

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 50º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente Despacho, **subdelego, no Adjunto, Ricardo Joel Soares Oliveira**, o exercício, durante o meu período de férias, de 30 de janeiro a 6 de fevereiro de 2018, das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência.

Odivelas, 16 de janeiro de 2018.

Por Delegação e Subdelegação de Competências do
Sr. Presidente da CMO, através do Despacho
n.º 40/PRES/2017, de 30 de outubro

O Vereador

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 11/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr.ª Ana Cristina Neves Mousinho Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Ana Cristina Neves Mousinho** como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Esta nomeação retroage a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 17 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da
Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do
Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 12/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr.ª Maria da Conceição Gomes Pires Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Maria da Conceição Gomes Pires** como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Este Despacho retroage a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 17 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da
Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do
Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 13/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr.ª Filipa de Mendonça Fernandes Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Filipa de Mendonça Fernandes**, como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Este Despacho retroage a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 17 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da
Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do
Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 14/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr. Luís Daniel Braga Gonçalves da Silva Instrutor de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio o Sr. Dr. **Luís Daniel Braga Gonçalves da Silva** como **Instrutor de Processos de Contraordenação** que corram termos na



Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Este Despacho retroage a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 17 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 15/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr. Luís Manuel Nascimento Duarte Instrutor de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio o Sr. Dr. **Luís Manuel Nascimento Duarte** como **Instrutor de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Este Despacho retroage a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 17 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 16/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr.ª Maria Madalena Romano Batista Calapez Corrêa Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Maria Madalena Romano Batista Calapez Corrêa** como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Este Despacho retroage a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 17 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 17/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr.ª Paula Cristina da Silva Tavares Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Paula Cristina da Silva Tavares** como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Este Despacho retroage a 12 de janeiro de 2018.

Odivelas, 17 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 18/VEV/2018

Assunto: Nomeação da Dr.ª Maria Helena Paulo da Cunha Freitas Instrutora de Processos de Contraordenação

Nos termos do n.º 14 do ponto II do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nomeio a Sr.ª Dr.ª **Maria Helena Paulo da Cunha Freitas**, como **Instrutora de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Odivelas, 17 de janeiro de 2018.

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

Edgar S. Valles



OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 1/GCMA/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa

Luís Miguel Soares Silveiro, Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, por motivos de saúde que me impedem temporariamente de exercer as minhas funções, venho ao abrigo do disposto no Artigo 46.º do CPA e do n.º 3 do Artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 22 de agosto subdelegar na Assistente Técnica Paula Silva Brito Mestre Costa a assinatura de correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa.

Odivelas, 15 de janeiro de 2018

O Coordenador
do Gabinete de Comunicação
e Modernização Administrativa

(Luís Miguel Silveiro)

DESPACHO N.º 01/DGOU/2018

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, **delego** na Técnica Superior, Arq.ª **Rita de Sousa Ribeiro Diogo**, no período de 23 a 26 de janeiro de 2018, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente, necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana**.

Odivelas, 19 de janeiro de 2018

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo
César Prata Teixeira, através do Despacho 2/VPCT/2017,

António de Sousa, Arq.º

EDITAIS

EDITAL N.º 164/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2000 Bairro Granjas Novas União das Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas para os lotes 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 49, 50, 51, 51, 126, 227, 229, 230, 231 e 233 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 14102/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 11 de dezembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 165/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011 Bairro dos Quatro União das Freguesias de Pontinha e Famões

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2011 do Bairro dos Quatro para os lotes 482 e 483 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por



escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 2731/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 11 de dezembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 169/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 5/2009
Bairro Vale Grande
União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2009 do Bairro Vale Grande para o lote 354 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 46996/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 20 de dezembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º170/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011
Bairro dos Quatro
União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2011 do Bairro dos Quatro para o lote 473, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 2731/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 22 de dezembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 42/PRES/2017, de 30 de outubro, durante o mês de novembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2018/483, de 2018.01.11:

Processo n.º 118/2017/IP
Nome: António Mateus Vicente
Assunto: Informação prévia
Local: Barrocas – Odivelas
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Emita-se parecer desfavorável

Processo n.º @68/2017
Nome: Mário Henrique Manso
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade Ponte de Sor, lote 298 – B. Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Homologo o auto de vistoria

Processo n.º 92/2017/OP
Nome: Carla Alexandra Chorão Moreira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua dos Sinais – Caneças
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Indefiro o pedido de Licenciamento – Notifique-se

Processo n.º 340/2017/OP/GI
Nome: Cristina Isabel Lourenço Henriques
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU
Local: Rua Luís Stau Monteiro, Lote 93 – Bairro das Granjas Novas – Ramada
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 220/2017/OP/GI
Nome: Paulo Alexandre do Nascimento Brito
Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua 16 de Abril, lote 174 – Bairro Sol Nascente - Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Determino a caducidade do embargo

Processo n.º @84/2017
Nome: J. Ferreira & Filhos, Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Bairro Fontainhas, lote 10 – Ramada

Data de despacho: 03.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Homologo o auto de vistoria

Processo n.º 248/2017/OP
Nome: Daniela dos Santos Cid
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU
Local: Terra das Ilhas das Cobras – Rua das Ribeiras – Caneças
Data de despacho: 08.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 362/2017/D/OVP
Nome: EDP – Distribuição Energia, SA
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação
Local: Rua das Giestas – Bairro Pinhal Verde – UF da Ramada e Caneças
Data de despacho: 10.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferido o pedido de licença

Processo n.º 170/2017/OP/GI
Nome: Construções Araújo & Machado, Lda.
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Eduardo Viana Lote 139 – B. Casal dos Apréstimos - Ramada
Data de despacho: 14.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 207/2017/OP
Nome: Álvaro do nascimento Braz
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Quinta do Segulim, Lote AE 18 - Famões
Data de despacho: 14.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 328/2017/OP
Nome: Ricardo Jorge Amorim Gonçalves
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos OU
Local: Rua Cristóvão Colombo, n.º 18 – Urb. Ribeirada - Odivelas
Data de despacho: 14.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 462/2015/OP/GI
Nome: Helena Maria Cruz Brito
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, lote 31 – Ramada
Data de despacho: 14.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 88/2017/OP/GI
Nome: José Lopes Fernandes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Eng.º Duarte Pacheco – Lote 630 – Saramagal Grande – Bº dos Quatro - Famões
Data de despacho: 14.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a Licença Administrativa



Processo n.º 366/2016/OP/GI
Nome: Paula Susana Coimbra dos Santos
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua 25 de Dezembro – Lote B40 – Pedernais – Ramada
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 404/2015/OP
Nome: Ana Raquel Ribeiro Carmona
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Neto, n.º 8 – Largo D. Dinis, n.º 15 – Odivelas
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 381/2017/OP/GI
Nome: Obridantas – Construções Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua das Palmeiras, lote 193 – B. Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 168/2016/OP/GI
Nome: Luis Miguel Fernandes Martins
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Machado de Castro, lote 485 – Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 393/2017/OP
Nome: António Manuel Lopes Machado
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Bairro dos Carrascais, lote 10 - Ramada
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 233/2017/OP/GI
Nome: Dina Filipa Alves Vicente
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua António Freitas – Lote 3 – Odivelas
Data de despacho: 21.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 232/2017/OP/GI
Nome: Cristina Isabel Alves Vicente
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua António Freitas – Lote 3A - Odivelas
Data de despacho: 21.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 206/2015/OP
Nome: Betourbe Lda.
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Quinta do Barruncho – Granja Paradela, lote 27 – Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 21.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 318/2017/OP
Nome: Fiem – Representação e Administração Lda.
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua dos Açores – Olival Basto
Data de despacho: 22.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º 104/2017/OP/GI
Nome: Rui Manuel Vieira da Fonseca
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Camacho c/ Rua Costa Pereira, lote 686 – B. dos Quatro – Famões
Data de despacho: 24.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 14722/CP/OP/GI
Nome: Márcio André Ferreira Dionísio
Assunto: Licença Especial para obras Inacabadas – art.º 88 do Dec-Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua atual redação
Local: Rua José Rodrigues Migueis, lote 559 – Bairro dos Quatro – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 27.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º 252/2017/OP
Nome: Colinas do Cruzeiro Empreendimentos Imobiliários S.A
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Antero de Quental – Famões
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 144/2017/OP/GI
Nome: Ramiro Trindade Almeida
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU
Local: Rua Júlio Verne, lote 839 – Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º @124/2017
Nome: J Ferreira & Filhos, Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Beco da Fabrica, lote 11 – B. Novo das Fontainhas – Ramada
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Determino a realização da vistoria

Processo n.º 488/2016/OP/GI
Nome: Fernando Augusto Cabral
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua D. Dinis, lote 262A – Pedernais - Ramada
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa



Processo n.º 105/2017/OP
Nome: Manuel Balas de Matos
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Courela dos Fornos – Lote 22 – bairro dos Pedernais - Ramada
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 335/2016/OP/GI
Nome: José Alves Martins
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Dórdio Gomes, lote 311 – B. do Girassol – Ramada
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 295/2015/OP
Nome: Betourbe Lda
Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidade
Local: Quinta do Barruncho, lote 28 – Granja da Paradelas – Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 28.11.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 160/2016/OP/GI
Nome: Francisco Gaio Pitacas
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua 24 de Junho – Lote 115 – Bairro Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º 131/2016/OP/GI
Nome: Maria da Conceição Tojeira Esteves
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Faustino Freitas, lote 1B, n.º 4 – B. das Comendadeiras – Famões
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 104/2017/OP/GI
Nome: Rui Manuel Vieira da Fonseca
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Camacho Costa C/ Rua Costa Pereira, lote 686 – B. dos Quatro – Famões
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

595.
Processo n.º 308/2016/OP
Nome: Luís José Joyce Fernandes Pereira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Almirante Gago Coutinho, n.º 50-50A - Ramada
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 245/2017/OP
Nome: Vania Nobre Rosa
Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidade
Local: Rua António Feijó, n.º 25 - Odivelas
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 372/2017/OP
Nome: Ricardo Jorge Amorim Gonçalves

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras Ou
Local: Rua Cristóvão Colombo, n.º 20 – Odivelas
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 460/2016/OP
Nome: Amélia Maria Patrício Cruz
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: TV do Pinhal Verde, Lote 6 – Picarras – Caneças
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 359/2016/OP/GI
Nome: Manuel Mendonça Rodrigues Serrano
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Natália Correia – Lote 223 – Bairro da Milharada – Pontinha
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 99/2017
Nome: Manuel Esteves Trancoso
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Eng. Adelino Amaro de Costa, lote 119 – Bairro Casal da Silveira
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Determino a realização da vistoria

Processo n.º @85/2017
Nome: Zélia Maria Coelho Silva
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Barro e Chã - Caneças
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 210/2017/OP
Nome: Maria de Lurdes Rodrigues Correia
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Heróis de Chaimite, n.º 19 – Lugar do Barruncho – Odivelas
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º @5/2017
Nome: Nuno Miguel Fial de Freitas
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua António Freitas, n.º 19 – Pombais – Odivelas
Data de despacho: 28.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Defiro o pedido de autorização de Utilização



Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de novembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2018/478, 2018.01.11:

Processo n.º @18/2017
Nome: Oitante, S.A
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua de Macau – lote 1 – Olival Basto
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @19/2017
Nome: Oitante, S.A
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua de Macau – lote2 – Olival Basto
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 462/2015/OP/GI
Nome: Helena Maria Cruz Brito
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, lote 31 – Ramada
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º @449/2015
Nome: Dsar Construção Civil Lda.
Assunto: Autorização Utilização
Local: Rua Vasco da Gama, lote 35 – Urb. Ribeirada - Odivelas
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 497/2015/OP/GI
Nome: Isidro Lourenço de Oliveira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Sol Nascente, lote 26 – Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 139/2016/OP/GI
Nome: David Cardoso Farinha
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cailo Castelo Branco, Lote 56 – B. das Queimadas à Quinta das Dálias - Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º @112/2017
Nome: Laurindo Domingos da Fonseca Castro Rodrigues
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 18 de Maio – Lote 19 – Bairro Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 166/2016/OP
Nome: Manuel Maria Oliveira
Assunto: Autorização Utilização
Local: Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 7 – Odivelas
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @259/2015
Nome: Vitorino Álvaro Teixeira Gomes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua José Régio – Lote 56 – Bairro Novo das Queimadas – Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 428/2015/OP/GI
Nome: Maria da Conceição Namora Guardado
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Tv. Pero Escobar, lote 92 – Bairro Casal do Bispo - Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @55/2016
Nome: Manuel Maria Lopes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Aquilino Ribeiro, lote 57 – B. Sete Quintas – Caneças
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 115/2016/OP/GI
Nome: Bento Leal de Neiva
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Fé, lote 80ª – B.º Novo do Trigache – Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @83/2017
Nome: Paula Alexandra Andrade de Jesus
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 8 de junho, n.º 17 – Quinta da Mimosa – Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @107/2017
Nome: Narciso Luis da Silva Santos
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Abel Manta, lote 25 – B. Trigache Centro - Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @95/2017
Nome: Vitor Manuel Caseiro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua B, lote 1 – B. do Canhamato – Caneças
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização



Processo n.º 11/2014/OP/GI
Nome: Jorge Cardoso Duarte
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Alecrim, lote 751 – Bairro Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 02.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 260/2016/OP
Nome: Nuno Miguel Gonçalves Neto
Assunto: Acompanhamento de Obra
Local: Azinhaga do Canhamato, Alto dos Sinais – UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 06.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 385/2017/OP
Nome: Sovilar – Sociedade Imobiliária do Vilar, SA
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Cochós – Horta Grande – Lote1 - Famões
Data de despacho: 06.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 334/2017/OP
Nome: Yourclinic Lda
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Avenida D. Dinis, n.º 59 e 59A – Odivelas
Data de despacho: 08.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 204/2017/IP
Nome: Carlos Alexandre Martins Coelho
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua Manuel Ferreira – Olival Basto
Data de despacho: 08.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 452/2015/OP/GI
Nome: Luís Pereira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Maria da Fonte, Lote 168 – Pontinha
Data de despacho: 09.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 201/2016/OP/GI
Nome: Sebastião Ramos de Andrade
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua dos Moinhos, lote 10 – B. Alto de Famões – Famões
Data de despacho: 09.09.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 7432/OP
Nome: Jacinto José Raimundo Rancheiro
Assunto: Rejeição Liminar
Local: Quinta da Balcia – Caneças
Data de despacho: 13.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º @4/2017
Nome: João da Silva Cardoso
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua José Ary dos Santos, lote 50 – B.º Pedernais – Ramada
Data de despacho: 15.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @ 400/2015
Nome: Abel de Jesus Lopes
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Elina Guimarães, nº 25 A, Bairro da Milharada, Pontinha
Data de despacho: 16.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 83/2016/OP/GI
Nome: Rui Manuel Antunes Amaro
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade de Rio Maior, Lote 266, Famões
Data de despacho: 16.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 399/2017/OP
Nome: Carlos José Maços Casacão
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Quinta do Bretão, Lote 4, Caneças
Data de despacho: 16.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @ 82/2017
Nome: Isaura Rosa da Silva Moreira Francisco e Outros
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Isabel Aboim Inglês, lote 9, Bairro da Milharada, Pontinha
Data de despacho: 16.11.2017
Teor do Despacho: Concorde, Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º @ 94/2017
Nome: Vítor José Coelho Sousa
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Heróis de Chaimite, 16 cave, Ramada
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concorde, deferida a autorização de utilização

Processo n.º 20/2017/OP/GI
Nome: Manuel Pereira Gomes
Assunto: Autorização de utilização
Local: Estrada Municipal, lote 233, Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concorde, Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 193/2017/OP/GI
Nome: Manuel Monteiro Costa
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Cidade de Portimão, lote 11, Bairro Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 129/2017/OP/GI
Nome: José dos Santos Marques
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Cidade de Alcácer do Sal, lote 317, Bairro Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 20.11.2017



Teor do Despacho: Concordo, Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 241/2015/OP/GI
Nome: Edite de Jesus Palmeiro Velez
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Cidade Portimão, lote 357, Bairro S. Sebastião
Data de despacho: 20.11.2017
Teor do Despacho: Concordo, Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @ 203/2016
Nome: Joaquim Manuel Carocha Alves
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua da Salvação, lote 9, Bairro Sete Quintas, Caneças
Data de despacho: 21.11.2017
Teor do Despacho: Concordo, Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @ 85/2017
Nome: Zélia Maria Coelho Silva
Assunto: Autorização de utilização
Local: Barro e Chã, Caneças
Data de despacho: 22.11.2017
Teor do Despacho: Concordo, Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 425/2015/OP/GI
Nome: Miguel Ângelo Dias Macedo
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Paulo Renato, lote 1060, Bairro Casal Novo, Famões
Data de despacho: 22.11.2017
Teor do Despacho: Concordo, Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 14533/CP/OP/GI
Nome: Pedro Miguel Aires Henriques
Assunto: Comunicação prévia- Artº. 34º do DL nº 555/99 de 16 de Dezembro, na sua atual redação
Local: Rua Hortense Luz, lote 738, Bairro dos Quatro, UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 22.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 14534/CP/OP/GI
Nome: Paulo Jorge Aires Henriques
Assunto: Comunicação prévia- Artº. 34º do DL nº 555/99 de 16 de Dezembro, na sua atual redação
Local: Rua Camacho Costa, lote 660, Bairro dos Quatro, UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 22.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 158/2017/OP/GI
Nome: José Eusébio Marques
Assunto: Autorização de utilização
Local: Estrada Municipal, lote 263, Bairro Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 22.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @ 65/2016
Nome: Maria do Carmo Duarte Dias Marques
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua da República, nº 122, 122 A, 122 B e 122 C, Caneças
Data de despacho: 22.11.2017

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 13840/CP/OP/GI
Nome: António Humberto Dias Vinha
Assunto: Comunicação prévia- Artº. 34º do DL nº 555/99 de 16 de Dezembro, na sua atual redação
Local: Rua Isabel Aboim Inglês, lote 4, Bairro Milharada, UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 23.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 8397OP/GI
Nome: David Simões Dias
Assunto: Comunicação prévia- Artº. 34º do DL nº 555/99 de 16 de Dezembro, na sua atual redação
Local: Rua do Oeste, lote 317, Bairro Casal do Rato, UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 23.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 450/2017/D/OVP
Nome: EDOISZ – Energia e Comunicações Unip. Lda
Assunto: Audiência dos Interessados – artº. 121º e 122º do CPA
Local: Rua Faustino Freitas, lote 3, Bairro Casal das Comendadeiras, UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 24.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @ 119/2017
Nome: RFES – Construções Lda
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Carlos Ramos, nº 7 A, Urb. Jardins da Amoreira, Lote 42 Ramada
Data de despacho: 24.11.2017
Teor do Despacho: Concordo, Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @19/2015
Nome: Teresa Mafalda Ferreira André Amaral Santos Alves
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 18 de maio, lote 21 – Bairro Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 24.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 55/2015/OP/GI
Nome: Herminio Quintela
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 556 – bairro Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 24.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @77/2016
Nome: Carismapetecível Padaria Pastelaria, lda
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da República n.º 134/EN 250 – Caneças
Data de despacho: 24.11.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 258/2016/OP/GI
Nome: Maria Odete Neto
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua da Fé – Viv Claudia- lote 78 – Bairro Novo do Trigache - Famões
Data de despacho: 24.11.2017



Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @97/2017

Nome: Paulo Martins Manso

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Cidade de Estremoz – lote 159 – Bairro Casal de S. Sebastião – Famões

Data de despacho: 24.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 359/2016/OP/GI

Nome: Manuel Mendonça Rodrigues Serrano

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Natália Correia – Lote 223 – Bairro da Milharada – Pontinha

Data de despacho: 24.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 459/2016/OP/GI

Nome: Luís António Lopes

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua São Gabriel, lote 56 – B. Trigache Sul – Famões

Data de despacho: 24.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 426/2016/OP/GI

Nome: Jorge Guedes Moreira

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua 8 de março, lote 24 – Bairro dos Pedernais – Ramada

Data de despacho: 24.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 55/2014/OP/GI

Nome: Floripes D'Ascensão Costa Jerónimo

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Travessa de São Sebastião, lote 333 – B. Casal do Bispo – Famões

Data de despacho: 24.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 412/2015/OP

Nome: Joaquim Armando Pires Jorge

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua das Giestas, n.º 7 – Póvoa Stº Adrião

Data de despacho: 24.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 192/2017/OP/GI

Nome: Valentim Almeida Marques Henriques

Assunto: Autorização de utilização

Local: Rua Cidade de beja – lote 178 – Vale Grande - Pontinha

Data de despacho: 24.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @117/2017

Nome: Acácio Marques Ferreira

Assunto: Autorização de utilização

Local: Rua Nova do Mirante, lote 147 – Bairro Casal Novo - Caneças

Data de despacho: 24.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 92/2015/OP

Nome: João Hugo Sales Garcia Coelho de Almeida

Assunto: Autorização de utilização

Local: Impasse à Rua da Fonte de Castelo de Vide – Lote 5 – Caneças

Data de despacho: 27.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 130/2016/OP

Nome: Simaneu – Construção Civil, Lda.

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Belissário Pimenta, lote 5 – Famões

Data de despacho: 27.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 267/2016/OP/GI

Nome: Hugo Alexandre Carrilho Lourenço

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua do Paleolítico, lote 11 – B. Castelo Poente – Ramada

Data de despacho: 28.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 280/2016/OP

Nome: C.T.Z. Construções Torres do Zêzere, Lda.

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Quinta do Pinhal, lote 4A - Caneças

Data de despacho: 28.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 206/2015/OP

Nome: Betourbe, Lda

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Quinta do Barruncho – Granja da Paradela – lote 27 –

Póvoa de Santo Adrião

Data de despacho: 29.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 333/2016/OP/GI

Nome: Agostinho Almeida da Silva

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Cidade de Viseu, lote 46 – B. Casalinho da Azenha – Pontinha

Data de despacho: 29.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 122/2016/OP/GI

Nome: Joaquim Fernando Dias Runa

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua da Paz, lote 111 – B. Casal Novo – Caneças

Data de despacho: 30.11.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização



Listagem dos Comprobativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de novembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2018/474, de 2018.01.11:

Processo n.º @-128/2017 – 11598/CP/OP/GI

Nome: Manuel Simões Tomé

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua do Chafariz, lote 180, Bairro Casal da Silveira

Data de emissão: 07.11.2017

Comprovativo n.º 102/2017

Processo n.º 367/2017/OP/GI

Nome: Custódio Martins

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Rainha Sta. Isabel, lote 245, Bairro Vale Grande

Data de emissão: 07.11.2017

Comprovativo n.º 103/2017

Processo n.º 391/2017/OP/GI

Nome: Eurico Meireles Borges

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Cidade Figueira da Foz, lote 579, Bairro Vale Grande

Data de emissão: 09.11.2017

Comprovativo n.º 104/2017

Processo n.º 297/2017/OP/GI

Nome: Mário Luís Ribeiro Gaspar

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua António Silva, lote 111, Bairro Novo de St.º. Eloy

Data de emissão: 09.11.2017

Comprovativo n.º 105/2017

Processo n.º 373/2017/OP/GI

Nome: Joaquim Sampaio Monteiro

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Casal do Abadesso, lote 1068, Bairro Casal Novo

Data de emissão: 10.11.2017

Comprovativo n.º 106/2017

Processo n.º 365/2017/OP/GI

Nome: Maria Ermelinda Mesquita Martins

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua da Calada. Lote D 48, Bairro dos Pedernais

Data de emissão: 14.11.2014

Comprovativo n.º 107/2017

Processo n.º @-48/2016 – 14596/CP/OP/GI

Nome: José Pereira Barbosa

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua General Norton de Matos, lote 105, Bairro Novo de St.º. Eloy

Data de emissão: 15.11.2017

Comprovativo n.º 108/2017

Processo n.º 356/2017/OP/GI

Nome: Manuel Toscano Cabral Felício

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Cidade de Elvas, lote 50, Bairro Casal de São Sebastião

Data de emissão: 20.11.2017

Comprovativo n.º 109/2017

Processo n.º 334/2017/OP

Nome: YOURCLINIC, LDA

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Avenida D. Dinis, alterações dos pisos – 1 e 1 do nº 59 e 59 A, Odivelas

Data de emissão: 20.11.2017

Comprovativo n.º 110/2017

Processo n.º 310/2017/OP/GI

Nome: Carlos Manuel Alves Rodrigues

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Cidade Alcácer do Sal, lote 445, Bairro Vale Grande

Data de emissão: 20.11.2017

Comprovativo n.º 111/2017

Processo n.º 83/2016/OP/GI

Nome: Rui Manuel Antunes Amaro

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Cidade de Rio Maior, lote 266, Bairro Casal São Sebastião

Data de emissão: 24.11.2017

Comprovativo n.º 112/2017

Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de novembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2018/476, de 2018.01.11:

Alvarás de Construção

Processo n.º 282/2016/OP/GI

Nome: José Carlos Marçal

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Aurélio Paz dos Reis, lote 231, Bairro do Girassol

Data de emissão: 02.11.2017

Alvará n.º 201/2017

Processo n.º 327/2016/OP/GI

Nome: Associação de Moradores e Proprietários do Bairro Trigache Sul

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua de Santo António, lote 8, Bairro Trigache Sul

Data de emissão: 02.11.2017

Alvará n.º 202/2017

Processo n.º 290/2015/OP/GI

Nome: Mabilde Rosa Guedes Lopes

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção



Local: Rua da Liberdade, lote 15, Bairro Novo de Stº. Eloy
Data de emissão: 02.11.2017
Alvará n.º 203/2017

Processo n.º 237/2017/OP/GI
Nome: Paula Sofia Lourenço Pires
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Padre Antônio Vieira, lote 582, Bairro Casal dos Mochos
Data de emissão: 02.11.2017
Alvará n.º 204/2017

Processo n.º 465/2016/OP/GI
Nome: Gisela Maria da Conceição das Neves
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua das Fontainhas, lote 37, Bairro das Fontainhas
Data de emissão: 02.11.2017
Alvará n.º 205/2017

Processo n.º 283/2016/OP/GI
Nome: Maria da Conceição Moura Afonso Lima
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Padre Antônio Vieira, lote 556, Bairro Casal dos Mochos
Data de emissão: 02.11.2017
Alvará n.º 206/2017

Processo n.º @-121/2017 – 14290/OP/GI
Nome: Nuno Sinatra Luís da Fonseca Patrício
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Pinhal Castelo de Vide, lote 33, Bairro Arco Maria Teresa
Data de emissão: 07.11.2017
Alvará n.º 207/2017

Processo n.º @-123/2017 – 4390/OCP
Nome: José Lopes Fernandes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Sidónio Pais, armazém (fração A) N.º 14, Odivelas
Data de emissão: 07.11.2017
Alvará n.º 208/2017

Processo n.º 288/2016/OP
Nome: COMPRECONCIL-Compra de Prédios e Construção Civil, SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Urbanização Quinta do Barruncho, lote 16, Granja da Paradela
Data de emissão: 09.11.2017
Alvará n.º 209/2017

Processo n.º 101/2017/OP/GI
Nome: Carlos Manuel Monteiro Cotrim
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Ouro, lote 161, Bairro do Girassol
Data de emissão: 10.11.2017
Alvará n.º 210/2017

Processo n.º 283/2017/OP/GI
Nome: Moisés do Nascimento Neves
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Norte, lote 95, Bairro Castelo Poente
Data de emissão: 10.11.2017
Alvará n.º 211/2017

Processo n.º @-101/2017 – 5996/OP
Nome: PONTIPRÉDIO SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua General Humberto Delgado, lote 12, Famões
Data de emissão: 15.11.2017
Alvará n.º 212/2017

Processo n.º @-100/2017 – 5998/OP
Nome: PONTIPRÉDIO SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua General Humberto Delgado, lote 13, Famões
Data de emissão: 15.11.2017
Alvará n.º 213/2017

Processo n.º 250/2016/OP/GI
Nome: David da Silva Brito
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Brasil, lote 9, Bairro Moinho do Baeta
Data de emissão: 16.11.2017
Alvará n.º 214/2017

Processo n.º 190/2017/OP/GI
Nome: A JOIA DO TEJO – Restaurante Unipessoal, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Pulido Valente, n.º 27, Odivelas
Data de emissão: 17.11.2017
Alvará n.º 215/2017

Processo n.º 170/2017/OP/GI
Nome: Construções Araújo & Machado Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Eduardo Viana, lote 139, Bairro Casal dos Apréstimos
Data de emissão: 20.11.2017
Alvará n.º 216/2017

Processo n.º 298/2017/D/OVP
Nome: PROARBA-Energia e Telecomunicações Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Eduardo Viana, lote 125, Bairro Casal dos Apréstimos
Data de emissão: 23.11.2017
Alvará n.º 217/2017

Processo n.º @-104/2017 – 24786/OCP/OC
Nome: Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Sra. do Rosário de Famões
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua 25 de Abril, Lote P 1, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 24.11.2017
Alvará n.º 218/2017

Processo n.º 433/2016/OP/GI
Nome: Faustino Augusto Costa
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua dos Moinhos, lote 12, Bairro Alto de Famões
Data de emissão: 27.11.2017
Alvará n.º 219/2017

Processo n.º 246/2017/OP
Nome: Luís Filipe Inácio Barata
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Miguel Silvestre Cruz, lote 6, Caneças
Data de emissão: 28.11.2017
Alvará n.º 220/2017



Processo n.º 206/2015/OP
Nome: BETOURBE, LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Quinta do Barruncho, lote 27, Granja da Paradelas
Data de emissão: 28.11.2017
Alvará n.º 221/2017

Alvarás de Utilização

Processo n.º 52/2016/OP/GI
Nome: Fernando Hipólito Pinto Correia
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de São Miguel, lote 147, Bairro Moinho do Baeta
Data de emissão: 02.11.2017
Alvará n.º 163/2017

Processo n.º @-91/2017 – 7397/OP/GI
Nome: José Manuel da Silva Lourenço
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Eng.º Duarte Pacheco, LOTE 974, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 02.11.2017
Alvará n.º 164/2017

Processo n.º @-387/2015 – 14885/CP/OP/GI
Nome: Francisco António de Sousa Pontes
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Largo da Boa Vista, nº 2 e 2 A de polícia, Bairro Casal do Rato
Data de emissão: 02.11.2017
Alvará n.º 165/2017

Processo n.º @-84/2017 – 13538/CP/OP/GI
Nome: J. Ferreira & Filhos, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Beco da Fábrica, nº 3 de polícia, Bairro Novo das Fontainhas
Data de emissão: 08.11.2017
Alvará n.º 166/2017

Processo n.º @-449/2015 – 9570/OP
Nome: DSAR – Construção Civil Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Hermínia Silva, nº 8 A de polícia, Odivelas
Data de emissão: 14.11.2017
Alvará n.º 167/2017

Processo n.º 115/2016/OP/GI
Nome: Bento Leal da Neiva
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Fé, lote 80, Bairro Novo do Trígache
Data de emissão: 15.11.2017
Alvará n.º 168/2017

Processo n.º @-95/2017 – 12036/CP/OP/GI
Nome: Vitor Manuel Caseiro
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Bairro Azinhaga do Canhamato, lote 1, Caneças
Data de emissão: 17.11.2017
Alvará n.º 169/2017

Processo n.º 166/2016/OP
Nome: Manuel Maria de Oliveira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua Bombeiros Voluntários, nº 7 e 7 A de polícia, Odivelas
Data de emissão: 23.11.2017
Alvará n.º 170/2017

Processo n.º @-259/2015 – 14747/CP/OP/GI
Nome: Vitorino Álvaro Teixeira Gomes
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua José Régio, lote 56, Bairro Novo das Queimadas
Data de emissão: 24.11.2017
Alvará n.º 171/2017

Processo n.º 428/2015/OP/GI
Nome: Maria da Conceição Namora Ferreira Guardado
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Travessa Pero Escobar, nº 4, 4 A e 4 B de polícia, Bairro Casal do Bispo
Data de emissão: 24.11.2017
Alvará n.º 172/2017

Processo n.º @-55/2016 – 14321/CP/OP/GI
Nome: Manuel Maria Lopes Pires
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Aquilino Ribeiro, nº 3, 3 A e 3 B de polícia, Sete Quintas
Data de emissão: 28.11.2017
Alvará n.º 173/2017

Processo n.º @-18/2017 – 9644/OP
Nome: OITANTE, SA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de Macau, nº 4, 4 A, 4 B e 4 C de polícia, Olival Basto
Data de emissão: 28.11.2017
Alvará n.º 174/2017

Processo n.º @-112/2017 – 21160/OCP/OC
Nome: Laurindo Domingos da Fonseca Castro Rodrigues
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 18 de Maio, nº 1 de polícia, Bairro Sol Nascente
Data de emissão: 28.11.2017
Alvará n.º 175/2017

Processo n.º @-119/2017 – 9654/OP
Nome: RFES – Construção Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Carlos Ramos, nº 7, 7 A e 7 B de polícia com vão de porta para o número 3 A de polícia da Rua António Menano, Ramada
Data de emissão: 30.11.2017
Alvará n.º 176/2017

Processo n.º @-203/2016 – 14288/CP/OP/GI
Nome: Joaquim Manuel Caroça Alves
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Salvação nº 9, 9 A e 9 B de polícia, Sete Quintas
Data de emissão: 30.11.2017
Alvará n.º 177/2017



FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Senhor Vereador Edgar Valles, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 40/PRES/2017, 30 de outubro, no âmbito da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 4 e 29 de dezembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2018/215, 2018.01.08:

NOTIFICAÇÕES PARA LIMPEZA DE TERRENOS

Decisões tomadas ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Horta da Eira, Lote 6, Bairro Sol Nascente, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Manuela Almeida)
(Processo n.º: 09/DFM/08)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017.07.03
Data da notificação: 2017.12.05

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Cerrado de Baixo, Urbanização Zé Brás, Quinta das Dálias, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Domingos Fernando Brás)
(Processo n.º: 150/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2017.12.05
Data da notificação: 2017.12.13

VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA

– 02/11/2017 a 30/11/2017

Decisões tomadas ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 97-63-RO, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 74/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.09.26
Data da remoção: 2017.12.05

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula SD-36-77, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 127/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.10

Data da remoção: 2017.12.05

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Xantia, com a matrícula 75-04-EE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 250/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.03
Data da remoção: 2017.12.05

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 31-44-CP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 251/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.04
Data da remoção: 2017.12.11

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula BMW, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 252/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.30
Data da remoção: 2017.12.11

Assunto: Remoção de um veículo Vw Polo, com a matrícula 65-51-OU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 253/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.04
Data da remoção: 2017.12.11

Assunto: Remoção de um veículo Renault Megane, com a matrícula 58-05-JV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 122/VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.04
Data da remoção: 2017.12.11



Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 61-60-NU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 254/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.04
Data da remoção: 2017.12.11

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot Partner, sem matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 128/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.12

Assunto: Remoção de um veículo Ford Transit, com a matrícula VD-57-82, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 124/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.11
Data da remoção: 2017.12.12

Assunto: Remoção de um veículo Ford Transit, com a matrícula 92-54-LH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 123/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.12

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi Pagero, com a matrícula 45-62-JX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 256/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.12

Assunto: Remoção de um veículo Seat Malaga, com a matrícula QJ-96-82, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 255/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.12

Assunto: Remoção de um veículo Rover 213, com a matrícula JT-16-37, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 257/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.02
Data da remoção: 2017.12.13

Assunto: Remoção de um veículo Renault Master, com a matrícula UF-26-10, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 129/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.11
Data da remoção: 2017.12.13

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 73-99-FI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 130/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.04
Data da remoção: 2017.12.13

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula XS-97-26, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 131/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.11
Data da remoção: 2017.12.13

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 205, com a matrícula 62-60-AU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 258/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.14



Assunto: Remoção de um veículo Audi A3, com a matrícula 17-12-NL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 75/VIAT/PV/OL/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.14

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 73-41-FI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 76/VIAT/PV/OL/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.14

Assunto: Remoção de um veículo Lancia Delta, com a matrícula 06-94-DT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 126/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.14

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 07-28-AO, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 125/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.14

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Xantia, com a matrícula 13-27-DU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 132/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.06
Data da remoção: 2017.12.18

Assunto: Remoção de um veículo Opel, com a matrícula 19-46-HP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 259/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.11.30
Data da remoção: 2017.12.19

Assunto: Remoção de um veículo Rover, com a matrícula 87-64-HI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 260/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.11.02
Data da remoção: 2017.12.19

Assunto: Remoção de um veículo Fiat, com a matrícula 22-95-JV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 133/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.06
Data da remoção: 2017.12.19

Assunto: Remoção de um veículo Opel Kadett, com a matrícula QX-45-41, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 127/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.04
Data da remoção: 2017.12.19

Assunto: Remoção de um veículo Renault Laguna, com a matrícula 77-83-TL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 128/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.20
Data da remoção: 2017.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 11-51-HE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 134/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.12.20
Data da remoção: 2017.12.20



Assunto: Remoção de um veículo Vw Polo, com a matrícula 28-69-HE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 261/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.30
Data da remoção: 2017.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 78-30-NJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 262/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.30
Data da remoção: 2017.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 34-97-IQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 263/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.20
Data da remoção: 2017.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 04-84-HB, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 264/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.11.30
Data da remoção: 2017.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Uno, com a matrícula XB-81-32, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 135/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.15
Data da remoção: 2017.12.21

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Brava, com a matrícula 39-15-NO, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 129/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.19
Data da remoção: 2017.12.21

Assunto: Remoção de um veículo Vw Polo, com a matrícula 51-43-JP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 265/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.15
Data da remoção: 2017.12.21

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 206, com a matrícula 32-68-NJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 267/VIAT/OD/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.05
Data da remoção: 2017.12.27

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Uno, com a matrícula 58-53-AH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 136/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.12.06
Data da remoção: 2017.12.27



HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 41/PRES/2017, de 30 de outubro de 2017, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de dezembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2018/13, de 2018.01.03:

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2016/28215

Interno/2016/4978 de 2016/05/17

Assunto: Situação de Germano Lucas (filho de Joaquina Inácia Lucas) – Praceta Grão Vasco, n.º 4 – 1º Dt. - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Seguem Contrato de Arrendamento Apoiado e ofício assinados. À DH para efeitos subsequentes e posterior informação ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/12/06

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2015/3981

Interno/2017/13512 de 2017/11/21

Assunto: Atualização de renda – Nome: Marcelino Pais Fernandes e Bruno Pais Fernandes – Morada: Rua António Aleixo, n.º 1 - 1º Dtº - Póvoa de Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Seguem Contrato de Arrendamento Apoiado e ofício assinados. À DH para efeitos subsequentes e posterior informação ao DJGFP/DFA."
Data da decisão: 2017/12/06

EDOC/2016/28215

Interno/2017/13208 de 2017/11/14

Assunto: Regularização Contratual – Nome: Germano António Serra Lucas – Morada: Praceta Grão Vasco, n.º 4 – 1º Dtº - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Seguem Contrato de Arrendamento Apoiado e ofício assinados. À DH para efeitos subsequentes e posterior informação ao DJGFP/DFA."
Data da decisão: 2017/12/06

EDOC/2017/41008

Interno/2017/13831 de 2017/11/29

Assunto: Construção Precária n.º 20N Bairro do Barruncho, U.F. Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto. Colocação e caravana anexa à mesma.
Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo. À consideração do Sr. Presidente, com proposta de assinatura do Contrato de Arrendamento e ofício."
Data da decisão: 2017/12/06

EDOC/2017/61722

Interno/2017/13829 de 2017/11/29

Assunto: Aditamento ao contrato de arrendamento de fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua José Malhoa, 20 – 4º Frt., Odivelas – Senhoria: Maria Silvia Costa Pereira Solteiro
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. À Consideração do Sr. Presidente, com proposta de assinatura do Contrato de Arrendamento e Ofício.”

Data da decisão: 2017/12/06

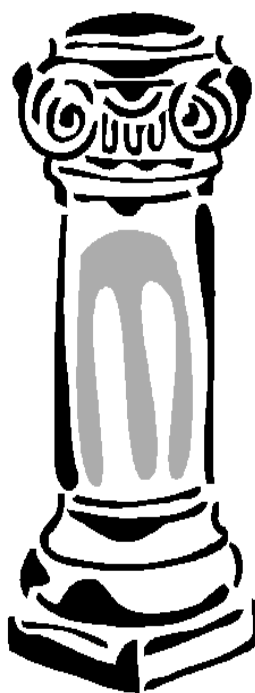
EDOC/2017/64544

Interno/2017/14068 de 2017/12/06

Assunto: Atualização de renda – Nome: João Eduardo da Veiga Varela – Morada: Rua António Aleixo, n.º 1 – 2º Esq. – Póvoa de Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto e face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/12/21



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRIÉNIO DE 2017/2021

Realizada em 20 de dezembro de 2017

Publica-se no presente boletim os documentos aprovados no período antes da ordem do dia da 1.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal do quadriénio 2017-2021. Os textos dos documentos em causa não foram publicados no Boletim n.º 26 de 2017, por não terem sido disponibilizados pelos serviços.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO

RECOMENDA À CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS A SUBMISSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE O PREVPAP DA AUTARQUIA

Considerando que:

(i) A promoção do emprego e o combate à precariedade laboral são pedra de toque da maioria parlamentar que suporta o governo, e o Estado deve dar o exemplo aos restantes agentes económicos;

(ii) No âmbito desta estratégia se iniciou um Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, para os trabalhadores e trabalhadoras que desempenhem necessidades permanentes nos serviços, que tenham subordinação hierárquica, de disciplina ou direção, e horário completo, sem o adequado vínculo jurídico;

(iii) O Poder Local tem também de dar o exemplo relativamente ao combate à precariedade;

(iv) No cumprimento do disposto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro, a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) procedeu ao levantamento, junto das autarquias locais, das situações que correspondam a necessidades permanentes sem o adequado vínculo jurídico, de forma a que as mesmas possam beneficiar dos instrumentos criados no âmbito do PREVPAP.

(v) Os resultados desse levantamento da DGAL foram agregados num relatório datado de 24 de novembro;

(vi) O relatório da DGAL indica que existem 15.758 postos de trabalho com vínculo inadequado no âmbito das autarquias locais, 23,3% correspondendo a contratos a termo, 29,9% a contratos de prestação de serviços e 46,6% contratos emprego-inserção.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 20 de dezembro de 2017, recomenda ao executivo municipal:

Que submeta a esta Assembleia Municipal a informação sobre os trabalhadores e trabalhadoras precárias do Município e dos SIMAR por tipo de vínculo inadequado.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por unanimidade.)

A enviar: Câmara Municipal de Odivelas.

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de dezembro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

PROPOSTA Nº: PAN000A1

2018 é o ano da entrada em vigor total do DL 27/2016 de 23 de Agosto, que estabelece o fim do abate de animais para fins de controlo da população.

Foi uma grande vitória conseguida para aqueles que não têm voz. No entanto o problema de controlo de população mantém-se, e para esse efeito, políticas mais arrojadas terão de ser feitas.

O controlo da população dos animais errantes bem como dos animais adotados, é algo que tem de ser encarado com a seriedade que o tópico merece. O nosso Parque dos Bichos não tem capacidade nem os recursos humanos disponíveis para dar resposta às necessidades atuais dos nossos animais não humanos, e temos de estabelecer uma solução para este problema.

Pretendemos que as famílias de baixo rendimento, tenham acesso a uma solução de esterilização que permita ao município poder controlar a população de animais não humanos.



Não queremos que a questão monetária possa ser entrave para a solução de um problema que nos convém a todos que seja resolvido.

O PAN propõe:

1- A criação de uma campanha municipal anual de esterilização que permita a estas famílias poderem esterilizar os seus animais de forma gratuita.

2- Que esta medida entre em vigor antes do término do período de adaptação de dois anos decretado no DL 26/2017.

(Documento apresentado pela bancada do PAN – Aprovado por unanimidade.)

A enviar: Câmara Municipal de Odivelas.

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de dezembro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

PROPOSTA Nº: PAN000A3

Existe o reconhecimento da dignidade dos animais, nomeadamente referido no artigo 13.º do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia, o qual reconhece a senciência dos animais não humanos e exige que os Estados membros tenham em conta o seu bem-estar;

Portugal se comprometeu a tomar medida para a execução das disposições do Decreto n.º 13/93, de 13 de abril que aprovou a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia;

As alterações legislativas recentes, nomeadamente:

a) Recentemente entrou em vigor a criminalização dos maus-tratos a animais através da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto;

b) A 3 de Março de 2017, foi publicado na I Série do Diário da República n.º 45/2017, a Lei n.º 8/2017 que estabelece um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Código Penal;

c) E ainda a Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que regulamenta a criação de uma rede efetiva de centros de recolha oficial de animais de companhia, o destino dos animais acolhidos nestes centros e estabelece as normas

para o controlo de animais errantes, em cumprimento da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto.

Observa-se que a ascensão dos animais no plano jurídico ainda não tem correspondência em algumas das práticas e regulamentos que orientam a ação do Município de Odivelas;

O PAN recomenda que o executivo:

1. Elabore uma Estratégia Municipal de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal para 2018-2021;

2. Elabore um Regulamento Municipal de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal do Município de Odivelas;

(Documento apresentado pela bancada do PAN – Aprovado por unanimidade.)

A enviar: Câmara Municipal de Odivelas.

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de dezembro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

PROPOSTA Nº: PAN000A4

A modo de comunicação hoje, mais do que nunca, é fulcral para se efetivar a partilha de informação e dessa forma aproximar os munícipes a vida política e da ação da autarquia. A linguagem é também absolutamente fundamental para que sejamos bem-sucedidos nessa tentativa de mais e melhor comunicação entre as partes.

Sabemos que o tema Orçamento e as Grandes Opções do Plano é um dos assuntos que interessa a todos e é igualmente um tema difícil de apreender tendo em conta o modo escrito utilizado e a linguagem técnica natural destas temáticas.

Por outro lado, também sabemos que os tempos modernos implicam uma gestão de tempo muito criteriosa e, portanto, matérias que apesar de importantes não são apelativas e são de difícil leitura ficam naturalmente para segundo plano.

Os jovens são os destinatários mais exigentes e os que devem fazer mover as organizações para se ajustarem aos tempos modernos e dessa forma modernizarem-se e pensarem permanentemente no futuro.



O PAN recomenda que o executivo:

1. Seja providenciado um vídeo de curta duração onde se explica através de uma linguagem acessível e comum quais as grandes escolhas e quais os impactos que se esperam atingir com a sua execução;
2. A divulgação do vídeo deve ser o mais alargada possível utilizando-se todos os meios que estão ao dispor, nomeadamente as redes sociais;
3. Que seja ponderado pela autarquia, esta boa prática para várias comunicações com a população.

(Documento apresentado pela bancada do PAN – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PAN e BE, abstenção das bancadas do PPD/PSD e CDS/PP e contra da bancada da CDU.)

A enviar: Câmara Municipal de Odivelas.

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de dezembro de 2017

(Aprovado por maioria)

MOÇÕES

MOÇÃO

SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOS CTT PELA GREVE QUE VÃO REALIZAR NOS DIAS 21 E 22 DE DEZEMBRO EM DEFESA DA QUALIDADE DE UM SERVIÇO PÚBLICO E UNIVERSAL DE CORREIO

Considerando que:

1. O Concelho de Odivelas tem estado a passar ao longo dos anos pelo flagelo da destruição e desaparecimento do serviço público e universal de correio;
2. A redução significativa da qualidade do serviço postal, quer no atendimento às populações (Estações de correio), quer na distribuição domiciliária de correio (propositadamente não utilizamos a palavra diária relativamente à distribuição domiciliária porque, de diária, a mesma só vai tendo os pressupostos na Lei que não é cumprida);
3. A diminuição significativa da Rede Pública Postal – com a redução dos pontos de acesso à Rede (recetáculos, caixas e marcos de correio), das Estações e Postos de Correio e do número de trabalhadoras e trabalhadores

afetos à execução do serviço postal – com um consequente e premeditado abaixamento da qualidade na prestação do designado Serviço Postal Universal (o mínimo dos mínimos do conceito de Serviço Público Postal);

4. O desrespeito pelos cidadãos e cidadãs e pelos seus direitos previstos na Lei – atrasos de dias na distribuição do correio, localidades em que o Carteiro só já passa uma ou duas vezes por semana, quando passa, filas intermináveis nas Estações de Correio (as agora ditas “Lojas”), indisponibilidade de dinheiro nos balcões para pagamento atempado dos Vales de Correio relativos a reformas e pensões;

5. A redução do número de profissionais e consequente sobrecarga de serviço – são números. E os números não enganam! Isto leva a uma má prestação de desempenho dos CTT, fundamentalmente do Serviço Postal Universal;

6. Há uma necessidade evidente da gestão dos CTT voltar ao domínio público, para que seja possível travar a ineficácia e a degradação do serviço prestado e que a atual administração está disposta a destruir;

7. Os últimos anos já demonstraram que as trabalhadoras e trabalhadores tinham razão e que a privatização foi um desastre para todos (utentes e profissionais), tendo sido boa apenas para alguns administradores e acionistas que estão a espremer os CTT até à última gota;

8. O Concelho de Odivelas não está à margem e sofre com toda esta situação. Os CTT não acompanharam o aumento da população, mantendo ao longo dos anos as mesmas estações (Pontinha, Caneças e 3 estações em Odivelas), que são manifestamente insuficientes para fazer face às necessidades das populações;

9. Foi anunciado um plano de redução de pessoal que prevê a saída de mil trabalhadoras e trabalhadores até 2020, sendo que o conselho de administração dos CTT acredita que duzentos saíam ainda este ano;

10. Em defesa do Serviço Postal Universal público com qualidade, das condições de trabalho e dos seus direitos, as e os trabalhadores dos CTT estarão em greve nos dias 21 e 22 de dezembro.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 20 de Dezembro de 2017, delibera:

1. Saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras dos CTT que têm evitado uma ainda maior degradação do serviço postal;
2. Saudar mais uma importante jornada de luta dos trabalhadores dos CTT agendada para os dias 21 e 22 de dezembro;



3. Reiterar o seu compromisso com o Serviço Público e Universal de Correios, apelando à Assembleia da República e ao Governo para que adotem as medidas necessárias para a concretização desse objetivo e permitam travar a degradação da empresa, das condições de trabalho e do serviço postal universal.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do CDU e BE e abstenção das bancadas do PS, PPD/PSD, CDS/PP e PAN)

A enviar: ao Governo, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Conselho de Administração dos CTT, ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, à Autoridade Nacional para as Comunicações e à comunicação social.

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de dezembro de 2017

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

EM DEFESA DA PAZ

Recentemente todo o mundo foi confrontado com o anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, de mudar a embaixada dos EUA de Telavive para Jerusalém, reconhecendo, desta forma, Jerusalém como capital de Israel.

Tal anúncio e tomada de decisão, viola deliberadamente o direito internacional e inúmeras resoluções do conselho de segurança das nações unidas, pondo em risco, todo o processo de paz, e potencia um elevar de tensão, com consequências nefastas e diretas para o médio oriente, e imprevisíveis para todo o mundo.

Esta posição, dos EUA, levou já, a que o conselho de segurança das nações unidas e a esmagadora maioria dos países se pronunciassem, contra esta decisão unilateral dos EUA, bem como levou, a que por todo o mundo, personalidades e organizações, entre os quais o próprio secretário-geral da ONU, tenham expressado as suas preocupações e veementes condenações, desta decisão, que consubstancia um retrocesso enorme no processo de paz deste conflito israel-árabe.

Na sequência de tal atitude, já se realizaram manifestações de protesto dos palestinianos e de Israelitas defensores da paz, bem como já se realizaram ações repressivas, por parte de Israel, sobre os protestos dos palestinianos, que já causaram mortos e feridos.

Assim propomos, que a assembleia municipal de Odivelas, reunida na 1ª sessão ordinária, do quadriénio de 2017/2021, decida:

1 – Condenar a decisão dos EUA, de reconhecerem Jerusalém, como capital de Israel.

2- Reafirmar a sua solidariedade para com o povo palestiniano.

(Documento apresentado pela bancada da CDU – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PAN, CDU, PS e BE, abstenção da bancada do PPD/PSD e contra da bancada do CDS/PP.)

A enviar: Embaixada do EUA, Embaixada de Israel, Embaixada da Palestina, 1º Ministro, Presidente da República, todos os partidos com representação na Assembleia da República.

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de dezembro de 2017

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DO MÚSICO JOSÉ PEDRO AMARO DOS SANTOS REIS

José Pedro Amaro dos Santos Reis, conhecido como Zé Pedro, foi um músico português, guitarrista, fundador da banda de rock portuguesa “Xutos & Pontapés”.

Nascido a 14 de setembro de 1956, em Lisboa, faleceu, aos 61 anos de idade, no passado dia 30 de novembro, em Lisboa, vítima de doença prolongada.

Figura emblemática do cenário musical português, esteve na base daquela que foi a banda rock mais duradoura e popular da música portuguesa, Xutos & Pontapés, que ajudou a fundar aos 22 anos e na qual se manteve até ao fim, como um dos elementos mais queridos do público.

Músico, compositor, com uma participação especial em cinema, em 2004, ano em que foi agraciado comendador com a Ordem de Mérito.

Figura sem equivalente no panorama do rock português, não só pelo seu papel na banda, mas também pela sua



ligação à sala de espetáculos Johnny Guitar e a outros projetos que abraçou com entusiasmo e profissionalismo, o último dos quais o grupo que formou, em 2011, os Ladrões do Tempo.

Zé Pedro foi figura marcante da cultura portuguesa. Deixa na música popular e no rock uma marca inestimável, não apenas enquanto músico, mas também como divulgador de centenas de bandas e projetos que, com o seu contributo, se apresentaram em palco, em disco ou na rádio.

Presença impar em palco, líder carismático, genuíno, empático, único. Zé Pedro marcou presença no concerto realizado no Coliseu de Lisboa, no passado dia 4 de novembro, em estado de manifesta fragilidade física, acontecimento que foi considerado, como sendo a sua despedida.

Com o seu desaparecimento o panorama musical nacional, o país, fica mais pobre.

Recordamos Zé Pedro pelo seu contributo musical e pelo seu compromisso cívico, nas lutas contra o militarismo, a xenofobia o racismo e a extrema-direita. Marcou presença em lutas determinantes contra a guerra, pela descriminalização do aborto e em defesa dos direitos sociais.

A ser aprovado este voto, deverá o mesmo ser enviado aos membros da banda Xutos & Pontapés, bem como à família mais próxima.

(Documento apresentado pela Mesa da Assembleia – Aprovado por unanimidade)

A enviar: membros da banda Xutos & Pontapés, bem como à família mais próxima.

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de dezembro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRIÉNIO DE 2017/2021

Realizada em 21 de dezembro de 2017

Publica-se no presente boletim os documentos aprovados no período antes da ordem do dia da 4.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Os textos dos documentos em causa não foram publicados no Boletim n.º 26 de 2017, por não terem sido disponibilizados pelos serviços.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 DE NOVEMBRO, DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Comemorou-se no dia 25 de novembro o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, data instituída pela ONU desde 1999 para mobilizar a sociedade em todo o mundo contra esse flagelo. A data foi escolhida para homenagear as três irmãs Mirabal, ativistas na luta contra o ditador Trujillo da República Dominicana, mortas nesse dia no ano de 1960.

Em Portugal, desde 2004 e até final de 2017, o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), um projeto que a UMAR iniciou em 2004, contabilizou 454 mulheres mortas às mãos dos seus companheiros, ex-companheiros ou familiares e 534 tentativas de homicídio. Nestes relatórios da UMAR, quer nos casos consumados, quer nas tentativas de homicídio, surge em evidência um historial de presença de violência doméstica na relação de conjugalidade ou de intimidade entre a vítima e o agressor.

A nível internacional os números dizem que uma em cada três já foi ou será vítima de algum tipo de violência. São conhecidas experiências que mostram como as pessoas fingem desconhecer, tapam os olhos, evitam encarar e denunciar situações de violência que estão logo ali na casa ao lado, na rua por onde circulamos, dentro do elevador.

Temos que “meter a colher” e ser definitivamente intolerantes para com a violência. Mesmo que não nos afete, intervir, denunciar, apoiar e lutar pela erradicação da



violência são deveres da cidadania e de uma sociedade decente.

A frieza dos números tem de ter uma tradução nas consciências de que são pessoas que foram maltratadas e a algumas foi mesmo retirado o direito básico a viver. Sabemos que o aumento das participações corresponde a uma maior consciência dos direitos que levaram a que alguém deixasse de ter vergonha, que alguém decidisse intervir, que alguém deixasse o silêncio e pedisse ajuda.

Sabemos que o facto de haver mais participações não significa que agora há mais violência do que antes. Agora há mais consciência dos direitos, as campanhas e as organizações de direitos das mulheres têm feito um caminho, mas é impossível que esta constatação nos satisfaça. Uma que seja é uma vida que foi abusivamente retirada.

A violência contra as mulheres é um problema de poder, de justiça, de igualdade, de educação, de segurança e deriva de uma discriminação de género que está na base da sociedade sexista e desigual em que vivemos.

Quando lemos as notícias, é recorrente surgir o ciúme, as atitudes possessivas, o controlo, a incapacidade de lidar com o sentimento de perda como “explicações” para os assassinatos de mulheres. Há que desfazer mitos e narrativas que tentam explicar e desculpabilizar este crime como o álcool ou a crise. Não negamos que a crise seja potenciadora de atitudes de frustração, depressão e revolta, mas não é determinante nem pode ser desculpa para a consumação de crimes.

Temos leis. Temos planos contra a violência de género. Mas a lei não basta; por isso, os membros da sociedade têm que intervir, denunciar e não fechar os olhos. A prevenção é fundamental, todas as campanhas, e meios que eduquem para o respeito, a não discriminação têm de ser constantes e eficazes. A justiça tem que ser rápida e tem que dar sinais claros de que protege as vítimas e pune os agressores.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 21 de dezembro de 2017, saúda as milhares de mulheres e homens que marcharam no dia 25 de novembro em Lisboa, e no resto do país, pelo fim da violência contra as mulheres e reitera o compromisso pelo fim da violência e a favor da igualdade de género.

(Voto de congratulação apresentado pela bancada do BE - aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e votos contra da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por maioria)

RECOMENDAÇÕES

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

RENOVAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS

Hoje em dia um dos pontos de avaliação de uma cidade é através da sua sustentabilidade ambiental.

Os veículos movidos a combustíveis fósseis provocam um grande desgaste na nossa cidade, poluindo o nosso ar mas também sujando os nossos edifícios, provocando uma grave poluição sonora e, no caso dos veículos municipais, sujeitando a autarquia a encargos elevados de manutenção dos mesmos bem como altos encargos a nível de combustível.

Estamos na hora de mudar esta mentalidade e acompanhar a evolução nesta área.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas propõe:

- 1 - Que se proceda à substituição gradual da frota dos veículos municipais para veículos elétricos
- 2 - Que exista uma instalação de pontos de carregamento espalhados pela cidade.

(Proposta apresentada pela bancada do PAN - aprovada por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PPD/PSD, BE, CDS/PP e PAN e a abstenção da bancada da CDU)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

ATUALIZAÇÃO PARA AS ROTUNDAS INTELIGENTES

Um dos grandes problemas de mobilidade que afeta o Município de Odivelas, é o intenso congestionamento de tráfego automóvel. A nossa cidade há muito que não tem capacidade para garantir um tráfego automóvel fluído. Durante vários anos pensou-se que a solução seria a criação de várias rotundas que hoje em dia, já não resulta. Isto é notório e começa a afetar a segurança dos nossos munícipes e visitantes.

Tendo isto em conta, pensamos ser urgente a repavimentação de rotundas e torná-las rotundas inteligentes, muito à semelhança do que se faz noutras cidades europeias. A título de exemplo a rotunda de Entrecampos.



Odivelas Necessita de se atualizar na mobilidade, e esta medida irá aumentar a segurança de todos os que circulam no nosso município.

A Assembleia Municipal propõe:

1 – A re-pavimentação da rotunda que dá acesso ao Strada Outelet, à Galp e às Colinas do Cruzeiro, de forma a alisar a estrada que atualmente se encontra cheia de altos perigosos.

2 – O desenho de novas faixas de rodagem na rotunda acima mencionada, bem como nas rotundas do Sr. Roubado, da Póvoa de Santo Adrião e da Ramada, de forma a torna-las nas chamadas rotundas inteligentes e aumentar a segurança dos motociclistas e automobilistas.

3 – Que esta medida esteja concluída o mais breve possível.

(Proposta apresentada pela bancada do PAN – (aprovada por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, CDS/PP, PAN, PPD/PSD, BE e a abstenção da bancada da CDU)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por maioria)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRIÉNIO DE 2017/2021

Realizada em 27 de dezembro de 2017

DELIBERAÇÕES

MAPA DE PESSOAL

MAPA DE PESSOAL 2018

Presente para deliberação o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas para 2018, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/14015, de 2017.12.05, aprovada na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, quadriénio 2017/2021, realizada em 13 de dezembro de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 26 de 2017*, página 10), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“De acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 29.º, da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as necessárias adaptações, o Mapa de Pessoal, para o próximo ano, deverá ser submetido à aprovação dos Órgãos competentes juntamente com a proposta de orçamento.

No cumprimento desses dispositivos legais, foi elaborada a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2018, em anexo, a qual tem como grande objetivo a adequação dos postos de trabalho previstos aos objetivos estratégicos desta Autarquia para o próximo ano e às efetivas necessidades dos serviços para a prossecução dos mesmos, tendo em consideração o seguinte:

- 1) Previsão de novos postos de trabalho que permitam a consolidação de situações de mobilidade intercarreiras existentes, e que não impliquem acréscimo de custos;
- 2) Previsão de novos postos de trabalho tendo em vista a abertura de procedimentos concursais imprescindíveis ao cumprimento das obrigações de prestação de serviço



público legalmente estabelecidas, nomeadamente ao nível das carreiras de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional para o exercício de funções em diversas áreas da atividade municipal;

3) No âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), foi feita uma previsão de novos postos de trabalho conducentes às necessidades indicadas pelos respetivos serviços, no que se refere aos prestadores de serviços, com sujeição ao poder hierárquico de disciplina ou direção e horário completo, sem o adequado vínculo jurídico e enquanto necessidades permanentes;

4) Eliminação de alguns postos de trabalho não ocupados referentes a diversas situações (aposentações/reformas, falecimentos e saídas para outros organismos) e cuja ocupação não se revela necessária aos serviços.

Em face destas linhas orientadoras, o mapa de pessoal para 2018 contempla um total de 1424 postos de trabalho, encontrando-se ocupados, à presente data, 1199 (incluindo o pessoal não docente dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, no âmbito da transferência de competências na área da educação) e não ocupados 225 postos.

Em termos comparativos com o Mapa de Pessoal para 2017, o qual contemplava 1390 postos de trabalho, observa-se um acréscimo de 34 postos de trabalho, que resulta do seguinte:

Criação de 89 postos de trabalho, designadamente nas carreiras de Técnico Superior (41 postos de trabalho), Assistente Técnico (13 postos de trabalho, incluindo 1 Coordenador Técnico), Assistente Operacional (34 postos de trabalho) e Fiscal Municipal de 2.ª Classe (1 posto de trabalho) para o exercício de funções nas várias unidades orgânicas desta Câmara Municipal.

Eliminação de 55 postos de trabalho não ocupados referentes quer, às categorias de origem dos trabalhadores cujas Mobilidades Intercarreiras foram consolidadas no decorrer do presente ano, cuja ocupação não se revelava necessária aos respetivos serviços, quer às diversas situações resultantes de aposentações/reformas, falecimentos e saídas para outros organismos.

De salientar ainda que esta proposta de Mapa de Pessoal contempla a descrição das funções associadas a cada carreira/categoria dos 1424 postos de trabalho. (...) (Informação N.º Interno/2017/14015 de 2017.12.05)

(Documento a ser divulgado através do sítio institucional da Câmara Municipal de Odivelas na Internet www.cm-odivelas.pt)

(Aprovado por maioria)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

MAPA DE PESSOAL 2018 DOS SIMAR LOURES E ODIVELAS PROCESSO 26/DM/2017

De acordo com o constante na informação, dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, com o n.º Interno/2017/14059 de 2017.12.05, aprovada na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, quadriénio 2017/2021, realizada em 13 de dezembro de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 26 de 2017*, página 12), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, é proposto para deliberação o Processo n.º 26/DM/2017 referente ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR). Documento onde constam o número de postos de trabalho ocupados e aqueles que se preveem necessários recrutar para a prossecução das atividades dos Serviços, proposta 405/2017, remetida à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/30859 de 2017.12.05, pelo Conselho de Administração dos SIMAR.

(Aprovado por maioria)

DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018

De acordo com o constante na informação, dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, com o n.º Interno/2017/14058 de 2017.12.05, aprovada na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, quadriénio 2017/2021, realizada em 13 de dezembro de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 26 de 2017*, página 12), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, é proposto para deliberação o Processo n.º 27/DM/2017, referente ao Orçamento, o Plano Plurianual de Investimento (PPI) e o Plano Plurianual de Atividades (PPA) que constituem os Documentos Previsionais dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas para o ano de 2018, proposta 406/2017, remetida à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/30859 de 2017.12.05, pelo Conselho de Administração dos SIMAR.

(Aprovado por maioria)



**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS
EM AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES
PARA O PERÍODO DE 2018/2021
PROCESSO N.º 4576/DCA/2017**

Presente para deliberação a autorização de despesa e início do procedimento para contratação de serviços de Revisão Oficial de Contas para o período de 2018/2021, em Agrupamentos de Entidades Adjudicantes (Município de Loures e SIMAR Loures e Odivelas), referente à proposta 364/2017 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), deliberada pelo seu Conselho de Administração, na sua 2.ª reunião ordinária, realizada em 10 de novembro de 2017, e remetida à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/28451/2017 de 13.11.2017. Nos termos do Processo n.º 45760/DCA/2017 dos SIMAR e de acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2017/13432, de 2017.11.17, aprovada na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, quadriénio 2017/2021, realizada no dia 29 de novembro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 25 de 2017*, página 8), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, propõe-se:

1. A Autorização da Despesa;
2. O Início do Procedimento;
3. A Aprovação das Peças do Procedimento (Programa de Concurso e Caderno de Encargos);
4. A Aprovação do Programa do Concurso;
5. A Aprovação do Protocolo de entendimento para a constituição do agrupamento de entidades adjudicantes;
6. A Autorização para a repartição de encargos na parte relativa aos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos, tendo em consideração o valor global de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), valor que será repartido de acordo com o indicado: 2018-€4.687,50 (quatro mil, seiscentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos); 2019-€6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta euros); 2020-€6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta euros); 2021-€6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta euros); 2022-€1.562,50 (mil, quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos).

(Aprovado por unanimidade)

**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O CENTRO DE
CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE LOURES
PROCESSO N.º 24/DM/2016**

Presente para deliberação a transferência financeira para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures (CCDML), referente à proposta 365/2017 dos Serviços

Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), deliberada pelo Conselho de Administração dos SIMAR na sua 2.ª reunião ordinária, realizada em 10 de novembro de 2017, e remetida à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/28451, de 2017.11.13.

De acordo com o constante na Informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2017/13425, de 2017.11.17, aprovada na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, quadriénio 2017/2021, realizada no dia 29 de novembro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 25 de 2017*, página 9), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, é proposto a transferência até €127.522,97 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e dois euros e noventa e sete cêntimos), que diz respeito ao ano de 2018, para o Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures. Que o limite de 3,5 % do somatório anual das remunerações dos trabalhadores dos SIMAR e que são associados do CCDML é de €127.522,97 (cento e vinte sete mil quinhentos e vinte e dois euros e noventa e sete cêntimos). Que estão cumpridos os requisitos e limites legais estabelecidos nos artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, é ainda proposta nos termos da informação mencionada.

(Aprovado por unanimidade)